

Isa Maria Vieira Rebelo Correia de Barros



**O GÊNERO E A VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE ENTRE PESSOAS  
DO MESMO SEXO**

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2017



Isa Maria Vieira Rebelo Correia de Barros



**O GÉNERO E A VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE ENTRE PESSOAS  
DO MESMO SEXO**

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2017

Isa Maria Vieira Rebelo Correia de Barros

Assinatura: \_\_\_\_\_

O GÊNERO E A VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE ENTRE PESSOAS DO MESMO  
SEXO

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências  
Humanas e Sociais da Universidade Fernando  
Pessoa, como parte integrante dos requisitos para a  
obtenção do grau de Mestre em Psicologia Jurídica,  
sob orientação da Professora Doutora Ana Sani e do  
Professor Doutor Luís Santos

## **Resumo**

A investigação científica sobre a violência na intimidade (VI) entre pessoas do mesmo sexo, em Portugal, tem estado maioritariamente centrada no estudo da prevalência e na caracterização da violência. Os dois estudos apresentados nesta dissertação pretendem analisar a VI entre pessoas do mesmo sexo através de uma perspetiva de género, com o intuito de perceber se, e de que forma, o género ou os papéis a si associados desempenham um papel importante nestas relações de intimidade abusivas. No primeiro artigo apresenta-se um estudo de natureza teórica em que, através de uma revisão sistemática da literatura, foram seleccionados sete artigos, de um total de 418 artigos encontrados em quatro bases de dados eletrónicas (*B-on*; *PubMed*; *Sage* e *PsycInfo*). Da análise desses artigos foram encontradas quatro grandes áreas em que o género desempenha um papel importante na VI entre pessoas do mesmo sexo: normalização da violência; reconhecimento da violência; dificuldade em pedir ajuda e isolamento social. No segundo artigo apresentam-se os resultados de um estudo de natureza qualitativa, em que foram entrevistadas cinco pessoas (quatro mulheres e um homem), que se autoidentificam como vítimas. Da análise de conteúdo dos dados recolhidos nas entrevistas, resultaram quatro grandes categorias nas quais o género desempenha um papel importante: papéis de género assumidos pelos elementos do casal; abandono da relação; procura de ajuda e linguagem utilizada pelas/os participantes. Através dos resultados obtidos nos dois estudos, concluiu-se que mais do que na violência em si, o género e os papéis que lhe estão associados têm impacto na forma como os elementos do casal vivenciam a experiência abusiva e na forma como terceiros (e.g. familiares; amigos/as; profissionais do sistema de justiça ou dos serviços de apoio a vítimas) a percecionam.

**Palavras-chave:** violência na intimidade; pessoas do mesmo sexo; género; papéis de género

### **Abstract**

Portuguese research in same-sex intimate partner violence (SSIPV) has been focused in the study of prevalence and characterization of violence. The purpose of both studies presented on this paper is to examine SSIPV with a specific focus on the effects of gender and gender-role expectations. In the first article, through a systematic literature review, from a total of 418 articles found on four electronic databases (*B-on*; *PubMed*; *Sage*, and *PsycInfo*), seven were selected for analysis. Four major domains in which gender and gender-role expectations affect SSIPV were found: normalizing violence; recognizing violence; help-seeking and social isolation. In the second article are presented the results of a qualitative study in which five participants (four female and one male) self-identified as victims were interviewed. From the content analysis of the data resulted four major categories in which gender and gender-role expectations affect SSIPV: gender-roles performed by each element of the couple; decision to leave the abusive relationship; help-seeking and in the vocabulary used by participants. From the results of both studies it was possible to conclude that more than affecting the dynamic of violence, gender and gender-role expectations affect the way victims understand their experiences of SSIPV and the perceptions of others (e.g. family members, friends, social practitioners, law enforcement agents, etc.).

**Key-words:** same-sex intimate partner violence; gender; gender-roles

*à minha irmã  
“a minha vida está mais  
em ti que em mim”,*

## **Agradecimentos**

A todas as pessoas que de alguma forma fizeram com que todo este processo fosse mais leve:

À minha mãe, ao meu pai e à minha irmã, por serem para mim o Mundo inteiro e porque, desde que me conheço, todas as coisas boas que me acontecem na vida têm as suas mãos. Como sempre, esta não foi exceção.

Ao Jaime, pelo exemplo, pela amizade e por ser um dos principais responsáveis pela minha pequeníssima mas invejável biblioteca.

À minha orientadora Ana Sani, por ser absolutamente incansável e, sobretudo, por desde o primeiro segundo ter acompanhado o meu trabalho com tanto entusiasmo, paciência, carinho e dedicação.

Ao meu orientador Luís Santos, pelas várias conversas, por todos os livros e sugestões.

To Adam Messinger, for the kindness and for taking the time to clear my doubts, giving me so valuable advices.

A todas as pessoas que confiaram em mim a ponto de partilharem comigo histórias tão íntimas. Espero ter estado à altura de tamanho voto de confiança.

À Inês, por acreditar sempre mais em mim do que eu mesma.

À Cátia, por tudo e por nada e porque sim sempre.

À Ispa, por em alguns momentos eu ter chegado a pôr em causa se o seu entusiasmo não superava o meu.

À Joana, Txikitxue, pelas inúmeras vezes que, com toda a paciência, me ouviu a falar incessantemente.

À Joana, pelo apoio, dedicação, carinho e amizade de sempre.

À Ana, parceirinha, por ter sido a única pessoa capaz de me fazer ter saudades de dividir o trabalho com alguém, por se ter desdobrado para me ajudar mesmo nas coisas mais insignificantes e, sobretudo, porque sem ela esta dissertação não existia.

À Mani e à Paula, pela ajuda e pelas gargalhadas que, mesmo sem saberem, me foram fazendo dar enquanto andava às voltas com a dissertação.

À Mariana Brandão e à Joana Espírito Santo, pelo amor de sempre.

À Inês Clavel, pela ajuda incomensurável.

À Professora Sónia Alves, por me ter resolvido alguns medos ensinando-me que quando as pessoas decidem partilhar connosco as suas histórias o que realmente importa é sabermos respeitá-las.

À Professora Sofia Neves, por ser a pessoa responsável por esta minha tão forte convicção de que o Mundo será sempre tanto melhor quanto mais igual.

À Doutora Teresa Amor, por tão amavelmente me ter ajudado a divulgar o estudo.

E a todas as associações e colectivos LGBT que aceitaram colaborar no estudo ajudando-me a divulgá-lo: Dezanove, Associação ILGA, Rede *Ex-Aequo*, PortugalGay.PT e Caleidoscópio LGBT.

A todos e a todas,

Obrigada!

## Índice

Introdução geral .....	1
Referências.....	3
Artigo 1 .....	6
<i>O gênero e a violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo – uma revisão sistemática da literatura</i>	
Introdução .....	8
Metodologia .....	10
Procedimentos da Pesquisa .....	10
Critérios de inclusão e de exclusão .....	10
Seleção de artigos.....	11
Resultados .....	13
Discussão.....	21
Considerações finais.....	22
Referências.....	23
Artigo 2 .....	26
<i>“É igual mas é diferente” – Gênero e violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo</i>	
Introdução .....	28
Metodologia .....	30
Objetivos .....	30
Método .....	30
Participantes .....	30
Instrumento .....	31
Procedimentos .....	31
Resultados .....	33
Discussão.....	41
Considerações finais.....	46
Referências.....	48
Considerações finais.....	51
Referências.....	54
Anexos	
Anexo A	
Anexo B	
Anexo C	

**Índice de figuras**

Artigo 1: *O gênero e a violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo – uma revisão sistemática da literatura*

Figura 1 - Fluxograma.....**Erro! Marcador não definido.**

## **Índice de tabelas**

Artigo 1: *O gênero e a violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo – uma revisão sistemática da literatura*

Tabela 1 – Caracterização dos estudos empíricos ..... **Erro! Marcador não definido.**

Artigo 2: *“É igual mas é diferente” – Gênero e violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo*

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica dos/as participantes..... **Erro! Marcador não definido.**

## **Índice de Anexos**

### **Anexo A**

- Guião de entrevista

### **Anexo B**

- Parecer da Comissão de Ética da UFP

### **Anexo C**

- Formulário de divulgação do estudo

**Lista de Acrónimos**

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

E.U.A. – Estados Unidos da América

LGB – Lésbicas, *Gays* e Bissexuais

LGBT – Lésbicas, *Gays*, Bissessuais e Transgénero/Transexuais

UFP – Universidade Fernando Pessoa

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

VI – Violência na intimidade

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

## **Introdução geral**

A violência na intimidade (VI) é a violência verbal, psicológica, física ou sexual que ocorre entre atuais ou ex-companheiros/as numa relação de intimidade (Messinger, 2014), e tem sido conceptualizada de acordo com o padrão homem/agressor-mulher/vítima (Antunes & Machado, 2005), embora também ocorra em casais constituídos por pessoas do mesmo sexo.

Os níveis de prevalência de VI são semelhantes entre casais compostos por pessoas de sexos diferentes ou do mesmo sexo (Balsam & Szymanski, 2005; Brown, 2008; Costa, Pereira, Oliveira, & Nogueira, 2010; Gillum & DiFulvio, 2012; Herek & Sims, 2008; Messinger, 2014; Oliffe et al., 2014; Santaya & Walters, 2011; Walters, 2011) e, à exceção do *outing* – comportamento em que um dos elementos do casal revela, ou ameaça revelar, a orientação sexual do outro sem o seu consentimento (Messinger, 2014) –, as formas de violência são semelhantes nas duas situações (Santaya & Walters, 2011). As principais diferenças surgem na forma como os elementos do casal percecionam a violência vivida (Herek & Sims, 2008), na procura de ajuda (Hassouneh & Glass, 2008; Hester & Donovan, 2009; Oliffe et al., 2014; Walters, 2011) ou nas consequências para as vítimas (Gillum & DiFulvio, 2012) e devem-se, sobretudo, ao heterossexismo e à homofobia vigentes na sociedade (Brown, 2008).

A heterossexualidade é uma maneira de perceber, categorizar e imaginar as relações sociais dos sexos e foi o discurso heterossexual que categorizou as pessoas como sendo femininas ou masculinas nas sociedades ocidentais. Esta dualidade, ou sistema binário de categorização, criou estereótipos de género que muitas pessoas veem como categorias biológicas imutáveis e não como constructos sociais (Hassouneh & Glass, 2008 p.311). Para West e Zimmerman (1987) o género “faz-se” (*doing gender*) nas interações sociais quotidianas. As pessoas agem de acordo com as expectativas sociais sendo que estas são diferentes para homens e mulheres. De acordo com Brown (2008) toda a estrutura social está baseada numa lógica de géneros e, portanto, a performatividade do género é não só uma resposta às expectativas e à hierarquia social, mas também a sua reprodução (Miller, 2014).

As relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo, por fugirem a essa heteronormatividade, estão sujeitas ao estigma associado à comunidade LGBT (Costa et al., 2010; Herek & Sims, 2008; Oliffe et al., 2014; Santaya & Walters, 2011; Walters, 2011). Herek e McLemore (2013) sugerem que o preconceito sexual, ou o estigma que existe sobre esta comunidade, pode estar diretamente associado a questões relacionadas

com os papéis de género, ou com as expectativas a si associadas. A valorização dos papéis de género tradicionais, bem como princípios conservativos sobre o comportamento sexual e a estrutura familiar têm estado relacionados com o preconceito sexual por parte de mulheres heterossexuais (Herek & McLemore, 2013). Por outro lado, a conceptualização da masculinidade como um estatuto que tem de ser alcançado e que pode ser perdido se não for reiteradamente demonstrado e comprovado por terceiros, tem estado relacionada com o preconceito sexual por parte de homens heterossexuais (Herek & McLemore, 2013).

Em Portugal, a investigação sobre a VI entre pessoas do mesmo sexo é bastante recente tendo iniciado em 2005, com o estudo de Antunes e Machado. Desde então, têm surgido cada vez mais estudos relacionados com esta problemática (e.g., Costa et al., 2010; Domingues, 2015; Fernandes, 2016; Osório, 2016; Rodrigues, Nogueira, & Oliveira, 2010; Santos, 2015; Santos, 2012; Topa, 2010), mas há ainda muito por explorar. Tanto quanto sabemos, não existe nenhum estudo que se debruce sobre a importância do género nas relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo e esse é o desafio proposto para esta dissertação.

Apresentando uma estrutura diferente da tradicional, esta dissertação é composta por uma introdução geral, seguida de dois artigos científicos, que se pretende que sejam submetidos para posterior publicação em revistas científicas da especialidade, com o intuito de perceber qual a importância do género na VI entre pessoas do mesmo sexo. O primeiro artigo, de natureza teórica, é uma revisão sistemática da literatura internacional em que se tentou responder à seguinte questão de investigação: Que importância pode ter o género nas relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo? O segundo artigo é a apresentação dos resultados de um estudo empírico, de natureza qualitativa, em que foram entrevistadas cinco pessoas, com o objetivo geral de perceber se, e de que forma, o género ou os papéis a si associados, podem ser importantes nas relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo. Por fim, apresenta-se uma breve reflexão sobre os resultados obtidos, em que se incluem eventuais limitações dos estudos, propostas para estudos futuros e sugestões para a prevenção da VI entre pessoas do mesmo sexo.

## Referências

- Antunes, R., & Machado, C. (2005). Dupla invisibilidade: A violência nas relações homossexuais. *Psychologica*, 39, 167–187.
- Balsam, K. F., & Szymanski, D. M. (2005). Relationship quality and domestic violence in women's same-sex relationships: The role of minority stress. *Psychology of Women Quarterly*, 29(3), 258–269.  
<https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2005.00220.x>
- Brown, C. (2008). Gender-role implications on same-sex intimate partner abuse. *Journal of Family Violence*, 23(6), 457–462. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9172-9>
- Costa, C. G., Pereira, M., Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais de pessoas LGBT. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 93–147). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Domingues, H. (2015). *Prevalência e caracterização da violência em casais de gays, lésbicas e bissexuais* (Dissertação para tese de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Fernandes, C. (2016). *Violência nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo: Estudo exploratório sobre os mecanismos de apoio à vítima de violência na intimidade* (Dissertação para tese de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Gillum, T. L., & DiFulvio, G. (2012). "There's so much at stake" Sexual minority youth discuss dating violence. *Violence Against Women*, 18(7), 725–745.  
<https://doi.org/10.1177/1077801212455164>
- Hassouneh, D., & Glass, N. (2008). The influence of gender role stereotyping on women's experiences of female same-sex intimate partner violence. *Violence Against Women*, 14(3), 310–325. <https://doi.org/10.1177/1077801207313734>
- Herek, G. M., & McLemore, K. A. (2013). Sexual prejudice. *Annual Review of Psychology*, 64(1), 309–333. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143826>
- Herek, G. M., & Sims, C. (2008). Sexual orientation and violent victimization: Hate crimes and intimate partner violence among gay and bisexual males in the United States. In R. J. Wolitski, R. Stall, & R. O. Valdiserri (Eds.), *Unequal Opportunity: Health Disparities Affecting Gay and Bisexual Men in the United States* (pp. 35–71). New York: Oxford University Press.

- Hester, M., & Donovan, C. (2009). Researching domestic violence in same-sex relationships—A feminist epistemological approach to survey development. *Journal of Lesbian Studies*, 13(2), 161–173. <https://doi.org/10.1080/10894160802695346>
- Messinger, A. (2014). Marking 35 years of research on same-sex intimate partner violence: Lessons and new directions. In D. Peterson, & V. R. Panfil (Eds.), *Handbook of LGBT Communities, Crime and Justice* (pp. 65–85). New York: Springer.
- Miller, J. (2014). Doing crime as doing gender? Masculinities, femininities, and crime. In R. Gartner, & B. McCarthy (Eds.), *The Oxford Handbook of Gender, Sex, and Crime* (pp. 19–39). New York: Oxford University Press.
- Oliffe, J. L., Han, C., Maria, E. S., Lohan, M., Howard, T., Stewart, D. E., & MacMillan, H. (2014). Gay men and intimate partner violence: a gender analysis. *Sociology of Health & Illness*, 36(4), 564–579. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.12099>
- Osório, L. (2016). *Violência na intimidade nos relacionamentos homossexuais, gays e lésbicos* (Dissertação para tese de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Rodrigues, L., Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Violência em casais LGB - estudo preliminar. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 243–266). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Santaya, P. O. T., & Walters, A. S. (2011). Intimate partner violence within gay male couples: Dimensionalizing partner violence among Cuban gay men. *Sexuality & Culture*, 15(2), 153–178. <https://doi.org/10.1007/s12119-011-9087-0>
- Santos, A. (2015). *Violência nos relacionamentos íntimos entre indivíduos do mesmo sexo: Prevalência, contextos e significações* (Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Santos, A. C. (2012). ‘Entre duas mulheres isso não acontece’ – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 3–24. <https://doi.org/10.4000/rccs.4988>
- Topa, H. (2010). No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas | Rainbow also has purple: Marital Violence in lesbian relationships. *LES Online*, 2(1), 13–21.

- Walters, M. L. (2011). Straighten up and act like a lady: A qualitative study of lesbian survivors of intimate partner violence. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 23(2), 250–270. <https://doi.org/10.1080/10538720.2011.559148>
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1987). Doing gender. *Gender & Society*, 1(2), 125–151. <https://doi.org/10.1177/0891243287001002002>

## **Artigo 1**

**O gênero e a violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo – uma revisão  
sistemática da literatura**

## **O género e a violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo – uma revisão sistemática da literatura**

### **Resumo**

A importância do género na violência na intimidade (VI) tem sido estudada, maioritariamente, nas relações entre pessoas de sexos diferentes. Este artigo é o resultado de uma revisão sistemática da literatura em que se procurou perceber a importância do género para a VI entre pessoas do mesmo sexo não só na violência em si, mas também e sobretudo nos elementos do casal e na forma como a sociedade responde a este problema. A pesquisa foi feita em quatro bases de dados eletrónicas: *B-On*, *Pub-Med*, *Sage* e *PsycInfo*. Da análise de sete artigos selecionados, resultaram quatro grandes domínios em que o género tem um peso importante nestas relações: na normalização da violência; na dificuldade em reconhecer a violência; na dificuldade em pedir ajuda e no isolamento social. Concluiu-se que o género ou as expectativas sociais a si associadas não podem ser ignorados no estudo deste fenómeno. Mais do que influenciar diretamente a violência em si, molda não só a forma como os elementos do casal vivenciam a experiência, mas também as perceções sociais de terceiros (e.g., familiares, amigos/as, profissionais do sistema de justiça e dos serviços de apoio a vítimas), impedindo que haja uma resposta social adequada para este problema.

**Palavras-chave:** violência na intimidade; pessoas do mesmo sexo; género; papéis de género

## **Introdução**

Foi durante a década de 70 do séc. XX, com a segunda vaga dos movimentos feministas, que começaram a surgir estudos sobre a violência na intimidade (VI) maioritariamente voltados para a violência entre casais heterossexuais, em que a violência era cometida pelo homem (Rodrigues, Nogueira & Oliveira, 2010; Williams, McKelvey & Frieze, 2014). A VI entre pessoas do mesmo sexo tem sido alvo de menor atenção (Anderson, 2005; Antunes & Machado, 2005; Brown, 2008; Costa, Machado & Antunes, 2011; Rodrigues et al., 2010; Santos, 2012), apesar de a investigação na área indicar que os níveis de prevalência são semelhantes aos da VI em casais heterossexuais, ou até mesmo superiores (Brown, 2008). Os primeiros estudos na área surgem nas décadas de 1970 e 1980, mas só a partir da década de 1990 começam a ser mais frequentes (Messinger, 2014).

Em Portugal, após a publicação do estudo de Antunes e Machado, em 2005, tem-se observado um aumento de interesse por parte da comunidade científica para esta problemática (e.g. Rodrigues et al., 2010; Topa, 2010; Costa et al., 2011; Santos, 2012; Santos, 2015). No primeiro estudo realizado sobre a prevalência de VI entre pessoas do mesmo sexo (Antunes & Machado, 2005), os níveis de prevalência são inferiores aos da VI em casais heterossexuais. Esses dados são contrariados pelo estudo de Costa, Machado e Antunes (2011), em que os níveis de prevalência são superiores, e pelo estudo de Santos (2015) em que os níveis de prevalência da VI entre pessoas do mesmo sexo são alarmantes (índices de perpetração de 92.3% e de vitimação de 91.7%). Importa realçar que não existe consenso na literatura sobre a prevalência da VI em casais do mesmo sexo. Os estudos que existem diferem não só nos tipos e tamanhos de amostras, como nas próprias definições de violência, o que poderá explicar a discrepância de valores entre uns e outros (Antunes & Machado, 2005; Hester & Donovan, 2009; Messinger, 2014; Santaya & Walters, 2011; Walters, 2011).

A invisibilidade deste fenómeno, não só na sociedade em geral, mas também na comunidade científica deve-se a diversos motivos, tais como o facto de terem sido os movimentos feministas os grandes impulsionadores para o estudo da VI e esta ter vindo a ser entendida como uma forma de subjugação das mulheres pelos homens, resultado de uma estrutura social baseada no patriarcado (Antunes & Machado, 2005). De acordo com Costa, Machado e Antunes (2011), uma grande parte dos/as investigadores/as na área da VI não se tem debruçado sobre a VI entre pessoas do mesmo sexo “uma vez que este fenómeno vem questionar o pressuposto feminista de que a violência é fruto do

sexismo e de relações de género desiguais” (p.4). Antunes e Machado (2005) referem que estas relações de intimidade abusivas estão sujeitas a uma dupla invisibilidade, “as atitudes negativas veiculadas pela sociedade em relação à homossexualidade, aliadas à legitimação social da violência nas relações íntimas, fazem com que os comportamentos violentos nas relações homossexuais sejam um fenómeno social invisível” (p. 184). Por último, um dos grandes motivos pelos quais não se tem estudado a VI entre pessoas do mesmo sexo, prende-se com a relutância da comunidade LGBT em chamar a atenção para este problema, que poderia prejudicar a sua luta por direitos iguais (Antunes & Machado, 2005; Brown, 2008; Costa, Machado & Antunes, 2011; Hester & Donovan, 2009; Messinger, 2014; Rodrigues et al., 2010).

O pressuposto feminista de que o género está na base da VI tem vindo a ser posto em causa com os estudos sobre a VI entre pessoas do mesmo sexo (Frieze, 2005), bem como os estudos sobre violência exercida sobre homens por parte de mulheres (Frieze, 2005; Straus, 2010). Segundo Straus (2010), existe uma certa simetria (*gender-symmetry*) na violência perpetrada por homens e mulheres que tem sido negada pela comunidade científica por pôr em causa esse pressuposto. Apesar de o género ou os papéis de género poderem não figurar numa explicação geral para o fenómeno da VI que inclua todos os tipos de casais que a experienciam (Frieze, 2005), não podemos ignorar a importância do seu impacto, mesmo nas relações entre pessoas do mesmo sexo (Anderson, 2005; Baker, Buick, Kim, Moniz, & Nava, 2012).

Segundo West e Zimmerman (1987), mais do que uma característica individual, ou biológica, o género “faz-se” (*doing gender*) nas interações sociais do dia-a-dia, em que homens e mulheres agem de acordo com aquilo que a sociedade espera delas, sendo que essa expectativa é diferente para homens e mulheres. Nas palavras dos autores, “participants in interaction organize their various and manifold activities to reflect or express gender, and they are disposed to perceive the behavior of others in a similar light” (p.127). Esta performatividade de género é uma resposta às, e ao mesmo tempo uma reprodução das, expectativas e hierarquias sociais genderizadas (Miller, 2014). O conceito de “*doing gender*”, cunhado por West e Zimmerman (1987) tornou-se numa das perspetivas mais influentes para perceber a construção social do género (Messerschmidt, 2009; Miller, 2014).

Se o género influencia as interações sociais e a estrutura social, então não se pode dizer que a VI é “*gender-neutral*” porque, tal como todas as interações sociais, é influenciada pelo género, seja no seu significado, nas suas consequências ou nos seus

motivos (Williams et al., 2014). Assim, a partir de uma revisão sistemática da literatura sobre a importância do género para a VI entre pessoas do mesmo sexo propomo-nos responder à seguinte questão de investigação: Que importância pode ter o género nas relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo? Procuramos responder a essa questão focando-a não só na violência em si, mas também e sobretudo nos elementos do casal e na forma como a sociedade responde a este problema.

## **Metodologia**

### **Procedimentos da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada recorrendo às bases de dados eletrónicas *B-on*, *PubMed*, *Sage* e *PsycInfo*, utilizando-se as seguintes combinações de palavras-chave e operadores booleanos: (“*intimate partner violence*” OR “*domestic violence*”); AND (“*same sex*” OR *gay* OR *lesbian*) AND (*gender* OR “*gender roles*”).

A pesquisa foi efetuada em Setembro de 2016.

### **Critérios de inclusão e de exclusão**

Com o intuito de orientar a seleção dos estudos foram definidos os seguintes critérios de inclusão e de exclusão:

*Critérios de inclusão:* a) publicações dos últimos 15 anos (2001 a 2016); b) publicações escritas em Português, Inglês ou Espanhol; c) estudos que focassem a importância do género nas relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo; d) estudos cujas amostras fossem constituídas por pessoas que tivessem experienciado relações de intimidade abusivas com pessoa do mesmo sexo, independentemente da sua orientação sexual; e) estudos de natureza qualitativa ou mista (qualitativa e quantitativa). Por se tratar de uma temática pouco estudada e por ser expectável que grande parte da informação proviesse de estudos cujo foco principal não fosse a importância do género nestas relações, foram também incluídos na pesquisa estudos de natureza teórica.

*Critérios de exclusão:* a) publicações de anos anteriores a 2001; b) publicações em línguas que não Português, Inglês ou Espanhol; c) estudos desenvolvidos com crianças ou com amostras totalmente constituídas por adolescentes menores de idade; d) estudos que não focavam diretamente a importância do género em relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo; e) estudos cuja amostra fosse constituída apenas por pessoas transgénero e/ou transexuais; f) estudos que abrangessem outros tipos de violência que não a VI; g) estudos apenas de natureza quantitativa.

### **Seleção de artigos**

Na pesquisa obteve-se um total de 418 resultados (118 na *B-on*, 137 na *PubMed*, 161 na *Sage* e dois na *PsycInfo*). Tendo por base os critérios de inclusão e de exclusão, a seleção das publicações ocorreu em duas etapas (cf. Figura 1 – Fluxograma).

#### **Etapa 1**

Foi feita uma primeira seleção dos 418 resultados, com base na leitura dos títulos e/ou dos resumos, tendo sido excluídas 366 publicações: 176 publicações abordavam assuntos que não a temática pretendida; 137 publicações relativas a VI entre pessoas de sexo diferente; 25 publicações relativas à prevalência, caracterização e/ou fatores de risco da/para a VI entre pessoas do mesmo sexo; 15 publicações repetidas; sete estudos com amostras constituídas apenas por adolescentes; três estudos cuja amostra era constituída por pessoas transgênero e/ou transexuais e três estudos sobre o VI como fator de risco para a VI entre casais de homens.

#### **Etapa 2**

Numa segunda etapa procedeu-se à leitura integral e à análise detalhada dos 52 artigos selecionados na etapa anterior. Dessa análise foram excluídas 45 publicações por não preencherem os critérios de inclusão: 23 publicações sobre percepções sociais; nove publicações relacionadas com o sistema de resposta social a situações de VI entre pessoas do mesmo sexo; uma publicação sobre dificuldade para o abandono de relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo; quatro publicações devido à amostra; quatro publicações sobre outros fatores que influenciam a VI (e.g. etnia, classe social, nível de escolaridade); duas publicações repetidas; uma publicação sobre influência do “stress de minorias” (*minority stress*) na qualidade das relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo.

Desta segunda etapa de seleção resultou assim um total de sete artigos para a análise no presente trabalho. Recorreu-se à técnica de *snowballing* para, através da consulta das referências bibliográficas dos estudos selecionados, procurar outros estudos que pudessem ser incluídos e que não tivessem surgido na pesquisa inicial nas bases de dados, mas não se encontrou nenhum artigo que satisfizesse os critérios de inclusão.

**Figura 1**  
Fluxograma



## **Resultados**

Apresentam-se os resultados da análise descritiva dos sete artigos selecionados, para a qual foram extraídos os dados mais relevantes tendo em consideração o tipo de publicação: estudos empíricos ( $n = 4$ ) ou revisão de literatura sobre o tema ( $n = 3$ ).

Quanto aos estudos empíricos foram extraídos dados relativos aos/às autores/as; ano de publicação; países onde os estudos foram realizados; desenho dos estudos; amostra/participantes; instrumentos utilizados (cf. Tabela 1); principais resultados e conclusões. No que diz respeito aos estudos de natureza teórica, foram recolhidos dados referentes aos/às autores/as, ano de publicação e principais conclusões.

### ***Estudos empíricos***

Dos quatro estudos empíricos, dois foram desenvolvidos nos Estados Unidos da América (Hassouneh & Glass, 2008; Walters, 2011), um foi feito na cidade de Santiago, em Cuba (Santaya & Walters, 2011) e outro na cidade de Vancouver, no Canadá (Oliffe et al., 2014).

### **Desenho**

Todos os estudos são de natureza qualitativa, à exceção do estudo levado a cabo por Santaya e Walters (2014), que é de natureza mista. Neste estudo os autores combinaram a análise qualitativa à análise quantitativa, com o intuito de perceber se existiriam outros fatores que pudessem ter sido relevantes para a VI a que estes casais tinham estado sujeitos (e.g. histórias de abusos na infância; consumo de álcool) para que, de forma mais precisa, conseguissem analisar a importância do género nestas relações.

### **Características das amostras**

Dois estudos têm amostras constituídas apenas por mulheres (Hassouneh & Glass, 2008; Walters, 2011) e dois têm amostras constituídas apenas por homens (Oliffe et al., 2014; Santaya & Walters, 2011). À exceção do estudo de Santaya e Walters (2011) em que a amostra era constituída por casais, todos os estudos tinham amostras constituídas por apenas um dos elementos do casal. A dimensão das amostras nestes estudos variou entre quatro pessoas no estudo de Walters (2011) e 70 pessoas ( $n=35$  casais de homens) no estudo de Santaya e Walters (2011).

No estudo de Hassouneh e Glass (2008) as idades dos participantes estavam compreendidas entre os 15 e os 64 anos, no estudo de Oliffe e colaboradores/as (2014)

**Tabela 1**

*Caracterização dos estudos empíricos*

<b>Autores/as e ano</b>	<b>País do estudo</b>	<b>Tipo de estudo</b>	<b>Amostra</b>	<b>Recrutamento</b>	<b>Instrumentos</b>
<b>Hassouneh e Glass (2008)</b>	E.U.A.	Qualitativo	<i>n</i> =54 mulheres que estivessem, ou tivessem estado, numa relação abusiva com outra mulher das quais sete se autoidentificaram como agressoras Idade – dos 15 aos 64 anos Outras características: 10 pertenciam a minorias raciais e étnicas; 1 mulher transgénero	Divulgação por <i>e-mail</i> através das redes de contactos de organizações LGBT, em eventos e jornais destinados à comunidade LGBT, em campus universitários, na <i>Craigslist</i> e em serviços de apoio a vítimas de VI. Técnica de <i>snowball</i> .	Entrevistas semiestruturadas: uma individual e outra em grupo
<b>Santaya e Walters (2011)</b>	Cuba (cidade de Santiago)	Misto (qualitativo e quantitativo)	<i>n</i> =35 casais de homens em relações de intimidade estáveis com mais de seis meses, em que houvesse VI Idade – dos 19 aos 44 anos Diferença de idades entre os elementos do casal de 1 a 14 anos (M=4) Outras características: Todos se consideram masculinos Todos se autoidentificaram como <i>mestizo</i>	Divulgado em consultas num centro que promove a educação e a saúde	<i>Estudo quantitativo:</i> Questionário individual <i>Estudo qualitativo:</i> Entrevistas em profundidade, semiestruturadas: uma individual e outra ao casal
<b>Walters (2011)</b>	E.U.A.	Qualitativo	<i>n</i> =4 mulheres lésbicas que se autoidentificaram como sobreviventes de VI por outra mulher Idade – dos 35 aos 50 anos Outras características: Fazem parte da comunidade lésbica há mais de 10 anos; 3 caucasianas e 1 afro-americana; Experiência de violência: 2 testemunharam abusos físicos ou verbais na família de origem; 2 maus-tratos físicos na infância; 2 experienciaram abusos sexuais na infância	Recrutada através da amostra total de mulheres que tinha participado numa investigação de larga escala	Entrevista em profundidade, semiestruturada, individual
<b>Ollife et al. (2014)</b>	Canadá (cidade de Vancouver)	Qualitativo	<i>n</i> =14 homens que tivessem experienciado situação de VI em relação de intimidade com outro homem Idade – dos 37 aos 64 anos Orientação sexual: 9 homossexuais; 3 bissexuais; 1 outro Outras características: 4 seropositivos; 13 nunca foram casados; 10 viviam sozinhos; 13 anglo-canadianos; 10 desempregados	Divulgação na <i>Craigslist</i> e distribuição de panfletos em instituições onde homens <i>gays</i> costumam procurar apoio psicológico ou de saúde	Entrevista semiestruturada individual

entre os 37 e os 64 anos, no estudo de Walters (2011) entre 35 e 50 anos e no estudo de Santaya e Walters (2011) entre os 19 e os 44 anos.

Relativamente à inclusão de outras características sociodemográficas, nenhum dos estudos procurou resultados para diferentes grupos étnicos ou culturais, sendo que em três dos estudos os/as participantes eram maioritariamente caucasianos/as e apenas no estudo realizado em Cuba (Santaya & Walters, 2011) todos os participantes se autoidentificaram como sendo *mestizo*<sup>1</sup>. Apenas o estudo de Hassouneh e Glass (2008) tinha uma participante transgénero. Por ser apenas uma, entre 54 participantes, segundo as autoras, a aplicabilidade dos resultados deste estudo para a população transgénero é desconhecida.

### **Contexto de recrutamento e processo de amostragem**

No estudo de Walters (2011) a amostra foi recrutada através da amostra total de mulheres que tinha participado numa investigação de larga escala. No estudo de Santaya e Walters (2011) a amostra foi recrutada num centro de saúde na cidade de Santiago, em Cuba, considerado pela comunidade *gay* como sendo o centro de saúde mais inclusivo para esta comunidade. Durante consultas neste centro, 35 homens decidiram participar e falaram com os seus companheiros que aceitaram também participar no estudo. Nos outros dois estudos (Hassouneh & Glass, 2008; Oliffe et al., 2014) as amostras foram recolhidas recorrendo à divulgação de panfletos, divulgação no *Craigslist*, e recorrendo à ajuda de associações e instituições LGBT.

### **Instrumentos utilizados**

Os estudos de Oliffe e colaboradores/as (2014) e Walters (2011) usaram como instrumentos apenas entrevistas individuais em profundidade semiestruturadas. Hassouneh e Glass (2008) utilizaram entrevistas semiestruturadas individuais e em grupo. Para o seu estudo quantitativo, Santaya e Walters (2011) recorreram à utilização de um questionário individual que continha questões relacionadas com informação sociodemográfica; consumos de álcool; abusos na infância; tipo de abuso(s) que existia(m) na relação em que se encontravam os participantes; competências sociais e comunicacionais percebidas e a avaliação de múltiplos aspetos da personalidade. Para o estudo qualitativo recorreram à utilização de entrevistas em profundidade semiestruturadas individuais e em casal.

---

<sup>1</sup> Termo comumente utilizado em Cuba, mais focado numa identidade cultural e menos em questões raciais (Santaya & Walters, 2011)

### **Principais resultados e conclusões**

#### *Expectativas/mitos em relação aos papéis de gênero e normalização da violência*

O mito de que os homens são, por natureza, violentos (Oliffe et al., 2014; Santaya & Walters, 2011) e as mulheres não (Hassouneh & Glass, 2008; Walters, 2011) leva a que haja, nestes casais, uma normalização da violência. Por um lado, os homens tendem a considerar que a violência em casais constituídos por dois homens, não só é aceitável, como representa uma forma de se demonstrar que se “é homem” (Oliffe et al., 2014; Santaya & Walters, 2011). Na amostra do estudo realizado por Santaya e Walters (2011), a violência é vista como consequência natural de terem sido educados enquanto homens numa sociedade Latina. Estes homens encaram as suas relações como uma “batalha” por poder e autoestima. É uma forma de demonstrarem quem é realmente “o homem” da relação. Por outro lado, as mulheres normalizam a violência nas suas relações de intimidade porque acreditam que a violência só ocorre se existir um elemento masculino no casal (Walters, 2011), caso contrário, são discussões mais acesas ou são apenas mulheres a serem mulheres, mais emotivas e/ou histéricas, a “lutar à gato” (*cat fight*) (Hassouneh & Glass, 2008), mas não verdadeiramente violentas. O “mito da utopia lésbica” – as relações de intimidade entre duas mulheres são mais igualitárias, uma vez que não existe entre os membros do casal um diferencial de poder e, por isso, não há lugar à opressão nem à violência – também ajuda a que os episódios de violência sejam normalizados por ambas as mulheres do casal.

Santaya e Walters (2011) referem outros dois mitos ou expectativas em relação aos papéis de gênero que influenciavam diretamente a violência nos casais por si entrevistados. O primeiro é o de que os homens são naturalmente promíscuos. Esta crença fazia com que em alguns casos estes homens tivessem relações extraconjugais como forma de reafirmar a sua masculinidade, e noutros usassem a simples ameaça de ter relações extraconjugais como forma de subjugar e dominar o seu parceiro que, com medo que essas ameaças passassem de palavras a atos, acedia a vários pedidos ou desejos do companheiro, nomeadamente no contexto sexual das suas relações. O segundo diz respeito à crença de que os homens têm de ser capazes de, sozinhos, sustentar o casal. Alguns dos homens nesta amostra assumiam que utilizavam a frustração do companheiro por não conseguir sustentar o casal como forma de manipulação, ameaçando-o de que iriam procurar outro homem que fosse capaz de os sustentar.

*Dificuldade em reconhecer as suas experiências como sendo violência na intimidade*

Os mitos e as expectativas em relação aos papéis de género não só facilitam a normalização da violência como fazem, em muitos casos, com que as pessoas tenham dificuldade em reconhecer as suas experiências como sendo VI. Se, por um lado, as mulheres acreditam que entre mulheres não existe violência e, por isso, entendem os episódios abusivos como sendo meras discussões ou desentendimentos normais entre casais (Hassouneh & Glass, 2008; Walters, 2011), por outro, os homens entendem a violência como sendo uma coisa típica entre homens e, portanto, não consideram que se trate de casos de VI (Santaya & Walters, 2011).

Walters (2011) refere que, na sua amostra, uma das mulheres trabalhava numa casa-abrigo para mulheres vítimas de VI. Segundo a autora, no caso desta mulher, o facto de estar diariamente em contacto com mulheres com experiências semelhantes à sua não só não a ajudou a perceber que estava numa relação abusiva, como a sua formação profissional no âmbito da casa de abrigo fez com que as suas crenças internalizadas sobre as mulheres não serem violentas e os agressores serem sempre homens fossem validadas.

No estudo de Hassouneh e Glass (2008), uma ideia que surgiu frequentemente nos discursos das mulheres que tinham estado numa relação abusiva durante o seu primeiro relacionamento na intimidade com outra mulher e entre mulheres que tinham passado por esta experiência com uma companheira consideravelmente mais velha, foi a de que acreditavam que era assim que era suposto funcionarem todos os relacionamentos de intimidade entre duas mulheres. Segundo as autoras, esta aceitação advém da inexperiência e da falta de conhecimento sobre relações entre pessoas do mesmo sexo.

O discurso mais frequente entre os homens entrevistados por Oliffe e colaboradores/as (2014) foi de que os homens têm de ser capazes de aguentar e absorver o sofrimento físico e emocional sem o demonstrar. Por outras palavras, têm de “fazer-se homens” (“*to man up*”). Por este motivo, grande parte destes homens não se conseguia ver na posição de vítima. Além disso, alguns destes homens respondiam, de forma violenta, aos ataques violentos de que eram alvos por parte dos companheiros e entendiam as suas respostas como atos de agressão e não como atos de legítima defesa. Para estes homens, nas suas relações havia dois agressores e nenhuma vítima e, não havendo vítima, não existia VI, apenas a violência esperada entre homens.

### *Isolamento social*

Os estereótipos de género, aliados à heteronormatividade e à homofobia social, fazem com que pessoas que estejam numa relação de intimidade com outra pessoa do mesmo sexo estejam em maior risco. Uma vez que a sociedade não só as ignora como também as estigmatiza existe um maior isolamento social e, conseqüentemente, um maior risco de VI (Hassouneh & Glass, 2008; Oliffe et al., 2014). É frequente amigos/as e familiares não acreditarem quando estas pessoas lhes dizem que são vítimas de VI (Hassouneh & Glass, 2008; Walters, 2011) e considerem até divertido ou uma forma de entretenimento ver duas mulheres a “lutar à gato” (Hassouneh & Glass, 2008). Oliffe e colaboradores/as (2014) apontam ainda a falta de serviços de apoio a homens vítimas de VI como fator para um maior sentimento de isolamento por parte dos homens entrevistados no seu estudo.

### *Dificuldade em pedir ajuda*

A forma como as instituições, sejam elas forças de segurança ou instituições de apoio a vítimas, lidam com estes casos vem referida em três dos estudos como sendo um entrave para a procura de ajuda.

De acordo com o estudo de Walters (2011), a resposta da polícia a situações de VI entre pessoas do mesmo sexo varia entre centros mais urbanos e centros mais rurais, sendo que nos primeiros as polícias tendem a ter uma atitude mais positiva. Hassouneh e Glass (2008) perceberam no seu estudo que uma das estratégias usadas por mulheres agressoras para evitarem a detenção era adotarem uma postura de vítimas perante os/as agentes policiais. Algumas das participantes deste estudo consideraram que os/as agentes policiais têm tendência para identificar a agressora do casal com base em estereótipos de género como, por exemplo, tentando identificar qual das duas mulheres tem um aspeto mais masculino e qual tem um aspeto mais feminino e relatam que as suas companheiras adotavam uma postura mais feminina e mais passiva para os/as conseguirem enganar.

Quanto às instituições sociais de apoio a vítimas, se por um lado os homens têm a perceção de que os serviços de apoio a vítimas de VI estão pensados e estruturados para atender mulheres (Oliffe et al., 2014), por outro, as mulheres lésbicas sentem que o ambiente em casas de abrigo para mulheres vítimas de VI são heterossexistas e homofóbicos (Walters, 2011), chegando mesmo a haver mulheres heterossexuais nestas

casas de abrigo que não as querem lá, por terem medo que elas estejam em contacto com os seus filhos ou as suas filhas (Hassouneh & Glass, 2008).

O medo de serem maltratadas e a vergonha não só por serem vítimas de violência na intimidade mas também, muitas vezes, por serem homossexuais, faz com que estas pessoas tenham dificuldade em pedir ou procurar ajuda (Hassouneh & Glass, 2008; Oliffe et al., 2014; Walters, 2011).

### ***Trabalhos de revisão/discussão teórica***

Os três artigos de carácter teórico são revisões de literatura que focam a importância do género na VI entre pessoas do mesmo sexo (Anderson, 2005; Baker et al., 2012; Brown, 2008).

De acordo com as autoras, o género não é ser-se do sexo masculino ou do sexo feminino. O género é um constructo social. Mais do que ser-se do sexo masculino ou do sexo feminino, diz respeito ao que é, socialmente, ser-se percebido/a como homem ou como mulher, numa sociedade que impõe e espera, de uns e outras, comportamentos diferentes. A própria sociedade está estruturada numa lógica de géneros heteronormativa e patriarcal, em que as oportunidades para homens e mulheres são diferentes. Para Baker e colaboradoras (2012) todas as relações interpessoais, sobretudo as relações de intimidade, incluindo as relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo, são influenciadas pelo género.

Se vivemos numa sociedade heteronormativa e patriarcal, que impõe a forma como cada um e cada uma deve agir e com quem pode ou não ter relacionamentos íntimos, então a primeira grande implicação do género para a VI entre pessoas do mesmo sexo é o facto de ela ocorrer em relações que são consideradas desviantes (Baker et al., 2012). Brown (2008) apresenta no seu artigo uma discussão sobre semelhanças e diferenças na VI entre pessoas do mesmo sexo e pessoas de sexos diferentes e conclui que o heterossexismo e a socialização para os papéis de género são as principais causas para essas diferenças. Os casais compostos por pessoas do mesmo sexo vivem como uma minoria oprimida numa sociedade heterossexista e homofóbica, que promove uma socialização baseada nos papéis de género que determina quem é que pode ser vítima e/ou perpetrador/a de violência. Isto leva a uma confusão adicional à volta destes relacionamentos abusivos, tal como a crença de que a violência é mútua ou apenas uma forma de sadomasoquismo. As percepções sociais acerca deste fenómeno estão também marcadas pelos mitos e pelas expectativas em torno dos papéis de género (Anderson,

2005; Baker et al., 2012; Brown, 2008). Para exemplificar, Brown (2008) refere o estudo conduzido por Seelau, Seelau e Poorman (2003) em que foram analisadas as percepções de estudantes universitários/as sobre diferentes cenários de VI. Concluiu-se que o género das vítimas em cada caso apresentado teve mais influência nas respostas dadas do que a orientação sexual. A violência, quando perpetrada contra mulheres era percebida como mais séria, mais credível e que necessitava de maior intervenção do que quando perpetrada contra homens. Os/as participantes acreditavam mais facilmente que a pessoa no caso em questão era vítima se se tratasse de uma mulher e tinham dificuldade em acreditar que uma mulher pudesse ser a agressora. Em casos que envolviam casais com pessoas do mesmo sexo, ou em casais heterossexuais em que as vítimas fossem homens e as agressoras mulheres, os/as participantes não entendiam que fosse necessária intervenção.

A crença social de que a violência só ocorre em casais heterossexuais em que o agressor é o homem e a falta de interesse pelas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo levam a que os serviços sociais e judiciais não estejam preparados para dar resposta às situações de VI que fujam a esse padrão de homem agressor e mulher vítima (Anderson, 2005; Baker et al., 2012; Brown, 2008). A precariedade dos sistemas de resposta social e judicial, a falta de suporte dos/as familiares e amigos/as que desconhecem a existência destas relações ou não as aceitam, e o medo do *outing*<sup>2</sup> fazem com que o isolamento social das vítimas seja mais elevado do que o das vítimas em relacionamentos de intimidade heterossexual (Anderson, 2005; Baker et al., 2012; Brown, 2008). Este isolamento social não só dificulta o reconhecimento da violência como impede que muitas destas vítimas denunciem ou procurem ajuda. Nas palavras de Brown (2008) “although it is argued that a person may leave the abusive relationship they cannot leave a homophobic society and culture” (p. 459).

As autoras dos três artigos (Anderson, 2005; Baker et al., 2012; Brown, 2008) defendem que apesar de o género não ser um fator determinante para a VI, está longe de ser um fator irrelevante, mesmo nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo e alertam para a importância das abordagens interseccionais em que são analisadas, a par do género, outras identidades sociais (e.g. raça, etnia, religião, classe social, etc.) que possam ter relevância em situações de VI.

---

<sup>2</sup> *Outing* é uma das formas mais frequentes de abuso emocional em casais constituídos por pessoas do mesmo sexo, em que um dos elementos do casal ameaça que vai expor a terceiros a sua orientação sexual (Antunes & Machado, 2005; Messinger, 2014).

## **Discussão**

Todos os tópicos enunciados na análise dos quatro estudos empíricos são corroborados pelos três artigos de revisão da literatura. Optou-se por não voltar a referir nenhum deles em pormenor, exceto quando os artigos teóricos acrescentavam alguma informação que não estava presente nos estudos empíricos.

As amostras dos quatro estudos empíricos são bastante diferentes. Desde logo porque em dois estudos são compostas apenas por mulheres (Hassouneh & Glass, 2008; Walters, 2011) e nos outros dois apenas por homens. Dentro dos estudos com mulheres há uma grande diferença no tamanho das amostras. Nos estudos com homens (Oliffe et al., 2014; Santaya & Walters, 2011), mais do que a diferença no número de participantes, importa realçar que um dos estudos foi feito com uma amostra constituída por ambos os elementos do casal (Santaya & Walters, 2011). Apesar disso, as conclusões dos estudos feitos com mulheres são muitos semelhantes entre si, acontecendo o mesmo com os estudos feitos com homens. Não obstante, foi possível criar tópicos comuns aos quatro artigos, porque as áreas em que o género, ou a socialização para os papéis de género, influenciam a VI entre pessoas do mesmo sexo são as mesmas para homens e mulheres, podem é, em alguns casos, afetar de forma diferente uns e outras, o que se deve, precisamente, ao facto de a sociedade esperar comportamentos diferentes de homens e de mulheres. Por exemplo, as mulheres têm mais dificuldade em verem-se a si próprias ou às suas companheiras como agressoras, porque acreditam que apenas os homens agridem e os homens têm mais dificuldade em verem-se a si próprios ou aos seus companheiros como vítimas porque vítimas são as mulheres e mais facilmente se veem aos dois como agressores do que a qualquer um como vítima.

Como se viu, pelos estudos realizados por Oliffe e colaboradores/as (2014) e Santaya e Walters (2011), em que as amostras eram constituídas por homens, o género, ou a socialização para os papéis de género, pode, em alguns casos, estar na origem de alguns dos comportamentos violentos em relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo, nomeadamente, no recurso à violência entre homens como forma de reafirmação da masculinidade. Mas, mais do que nos motivos pelos quais ocorre a violência entre casais do mesmo sexo, o género desempenha um papel importante na forma como cada um dos elementos do casal lida com essa violência e ainda mais na forma como terceiros (e.g. familiares, amigos/as, serviços sociais, sistema de justiça) percecionam este problema.

A normalização da violência, a dificuldade em reconhecer as suas experiências como VI, a dificuldade em procurar ajuda e o isolamento social são questões que estão também presentes na VI entre pessoas de sexos diferentes (Anderson, 2005), mas em relações entre pessoas do mesmo sexo têm contornos diferentes precisamente por acontecerem com pessoas que fazem parte de um grupo minoritário que é estigmatizado e marginalizado por contrariar as noções sociais, heteronormativas e homofóbicas, sobre como devem ser constituídos os casais em relacionamentos íntimos.

Por último, é importante discutir algumas limitações deste estudo. Tendo em conta os critérios de inclusão e exclusão, previamente definidos, é possível que tenham ficado alguns estudos importantes fora da análise. Como era esperado, grande parte da informação relacionada com o tema vem de estudos relacionados com a VI entre pessoas do mesmo sexo, mas não necessariamente focados no género. Assim, uma das questões que não foi possível responder foi se os papéis de género adotados por cada um dos elementos do casal, pode ter um impacto significativo na dinâmica da relação abusiva, uma vez que, apesar de haver algumas referências a esse respeito, nenhum dos estudos analisados se foca nessa questão.

### **Considerações finais**

Os poucos estudos, em Portugal, relacionados com a VI entre pessoas do mesmo sexo procuraram estudar a prevalência da violência, os tipos de violência que ocorrem e a dinâmica da relação (e.g. Domingues, 2015; Santos, 2015; Osório, 2016). Tanto quanto sabemos, não existe ainda nenhum estudo que se foque essencialmente no género. Embora exista o estudo de Fernandes (2016) sobre os mecanismos de apoio às vítimas de VI entre pessoas do mesmo sexo, em que a autora entrevistou vítimas e vários/as profissionais que trabalham em diferentes entidades de resposta à VI, parece-nos importante que se faça mais investigação também nesta área como, por exemplo, compreender quais as perceções sociais sobre a VI entre pessoas do mesmo sexo, da população em geral, da comunidade LGBT, dos/as profissionais da área da saúde, dos/as profissionais dos serviços sociais de apoio a vítimas, de magistrados/as e de agentes policiais. É necessário perceber qual o nível de conhecimento da população portuguesa sobre este fenómeno para que possamos criar estratégias adequadas e eficazes de prevenção, combate, e resposta à VI entre pessoas do mesmo sexo. Acreditamos que essas estratégias podem passar não só, mas também, por uma maior consciencialização e sensibilização para a igualdade de género.

## Referências

- Anderson, K. L. (2005). Theorizing gender in intimate partner violence research. *Sex Roles, 52*(11–12), 853–865. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-4204-x>
- Antunes, R., & Machado, C. (2005). Dupla invisibilidade: A violência nas relações homossexuais. *Psychologica, 39*, 167–187.
- Baker, N. L., Buick, J. D., Kim, S. R., Moniz, S., & Nava, K. L. (2012). Lessons from Examining same-sex intimate partner violence. *Sex Roles, 69*(3–4), 182–192. <https://doi.org/10.1007/s11199-012-0218-3>
- Brown, C. (2008). Gender-role implications on same-sex intimate partner abuse. *Journal of Family Violence, 23*(6), 457–462. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9172-9>
- Costa, L. G., Machado, C., & Antunes, R. (2011). Violência nas relações homossexuais: A face oculta da agressão na intimidade. *Psychologica, 1*, 2–15.
- Domingues, H. (2015). *Prevalência e caracterização da violência em casais de gays, lésbicas e bissexuais* (Dissertação para tese de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Fernandes, C. (2016). *Violência nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo: Estudo exploratório sobre os mecanismos de apoio à vítima de violência na intimidade* (Dissertação para tese de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Frieze, I. H. (2005). Female violence against intimate partners: An introduction. *Psychology of Women Quarterly, 29*(3), 229–237. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2005.00217.x>
- Hassouneh, D., & Glass, N. (2008). The influence of gender role stereotyping on women's experiences of female same-sex intimate partner violence. *Violence Against Women, 14*(3), 310–325. <https://doi.org/10.1177/1077801207313734>
- Hester, M., & Donovan, C. (2009). Researching domestic violence in same-sex relationships - A feminist epistemological approach to survey development. *Journal of Lesbian Studies, 13*(2), 161–173. <https://doi.org/10.1080/10894160802695346>
- Messerschmidt, J. W. (2009). "Doing gender" The impact and future of a salient sociological concept. *Gender & Society, 23*(1), 85–88. <https://doi.org/10.1177/0891243208326253>
- Messinger, A. (2014). Marking 35 years of research on same-sex intimate partner violence: Lessons and new directions. In D. Peterson, & V. R. Panfil (Eds.),

- Handbook of LGBT Communities, Crime and Justice* (pp. 65–85). New York: Springer.
- Miller, J. (2014). Doing crime as doing gender? Masculinities, femininities, and crime. In R. Gartner, & B. McCarthy (Eds.), *The Oxford Handbook of Gender, Sex, and Crime* (pp. 19–39). New York: Oxford University Press.
- Oliffe, J. L., Han, C., Maria, E. S., Lohan, M., Howard, T., Stewart, D. E., & MacMillan, H. (2014). Gay men and intimate partner violence: a gender analysis. *Sociology of Health & Illness*, 36(4), 564–579.  
<https://doi.org/10.1111/1467-9566.12099>
- Osório, L. (2016). *Violência na intimidade nos relacionamentos homossexuais, gays e lésbicos* (Dissertação para tese de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Rodrigues, L., Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Violência em cassais LGB - estudo preliminar. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 243–266). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Santaya, P. O. T., & Walters, A. S. (2011). Intimate partner violence within gay male couples: Dimensionalizing partner violence among Cuban gay men. *Sexuality & Culture*, 15(2), 153–178. <https://doi.org/10.1007/s12119-011-9087-0>
- Santos, A. (2015). *Violência nos relacionamentos íntimos entre indivíduos do mesmo sexo: Prevalência, contextos e significações* (Dissertação para tese de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Santos, A. C. (2012). ‘Entre duas mulheres isso não acontece’ – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 3–24. <https://doi.org/10.4000/rccs.4988>
- Seelau, E. P., Seelau, S. M., & Poorman, P. B. (2003). Gender and role-based perceptions of domestic abuse: does sexual orientation matter? *Behavioral Sciences & The Law*, 21(2), 199–214.
- Straus, M. A. (2010). Thirty years of denying the evidence on gender symmetry in partner violence: Implications for prevention and treatment. *Partner Abuse*, 1(3), 332–362. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.1.3.332>
- Topa, H. (2010). No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas | Rainbow also has purple: Marital Violence in lesbian relationships. *LES Online*, 2(1), 13–21.

- Walters, M. L. (2011). Straighten up and act like a lady: A qualitative study of lesbian survivors of intimate partner violence. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 23(2), 250–270. <https://doi.org/10.1080/10538720.2011.559148>
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1987). Doing gender. *Gender & Society*, 1(2), 125–151. <https://doi.org/10.1177/0891243287001002002>
- Williams, S. L., McKelvey, D. K., & Frieze, I. H. (2014). Intimate-partner violence. In R. Gartner, & B. McCarthy (Eds.), *The Oxford Handbook of Gender, Sex, and Crime* (pp. 362–378). New York: Oxford University Press.

## **Artigo 2**

**“É igual mas é diferente” – Gênero e violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo**

**“É igual mas é diferente” – Género e violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo**

**Resumo**

A conceptualização da violência na intimidade (VI) como uma forma de violência contra as mulheres tem feito com que os estudos de género sobre a VI se dediquem à VI entre casais compostos por pessoas de sexos diferentes. Utilizando uma metodologia qualitativa, pretendeu-se perceber se, e de que forma, o género ou a socialização para os papéis de género podem ser importantes na VI entre pessoas do mesmo sexo. Através da análise de conteúdo de entrevistas realizadas a cinco participantes (um do sexo masculino e quatro do sexo feminino) que se autoidentificaram como vítimas, foram encontrados quatro domínios em que o género se revela importante nestas relações: ao nível dos papéis de género assumidos por cada elemento da relação; na tomada de decisão para abandonar a relação; na procura de ajuda e na linguagem utilizada pelas/os participantes. Concluiu-se que mais do que ter impacto direto na violência em si, o género ou as expectativas sociais que lhe estão associadas condicionam a forma como os/as participantes vivenciaram as suas experiências e a procura de ajuda.

**Palavras-chave:** violência na intimidade; pessoas do mesmo sexo; género; papéis de género

## Introdução

A violência na intimidade (VI) é o abuso verbal, psicológico, físico e/ou sexual que ocorre entre atuais ou ex-companheiros/as numa relação de intimidade (Messinger, 2014) e pode incluir o isolamento social, a coerção ou ameaças (Brown, 2008), a humilhação e a privação de condições de segurança psicológica, física ou económica (Santaya & Walters, 2011). Apesar de na literatura não haver consenso quanto aos índices de prevalência desta forma de violência em casais constituídos por pessoas do mesmo sexo – o que se deve a questões metodológicas ou a diferenças nas amostras dos estudos (Antunes & Machado, 2005; Hester & Donovan, 2009; Messinger, 2014; Santaya & Walters, 2011; Walters, 2011) – estima-se que os níveis de prevalência sejam semelhantes aos dos casais constituídos por pessoas de sexos diferentes (Balsam & Szymanski, 2005; Brown, 2008; Costa, Machado, & Antunes, 2011; Gillum & DiFulvio, 2012; Herek & Sims, 2008; Messinger, 2014; Oliffe et al., 2014; Santaya & Walters, 2011; Walters, 2011).

Segundo Brown (2008), as grandes diferenças encontradas entre a VI entre pessoas de sexos diferentes e a VI entre pessoas do mesmo sexo têm por base o heterossexismo e a socialização para os papéis de género. Em termos de violência propriamente dita, a única forma de violência marcadamente diferente entre a VI entre pessoas de sexos diferentes e a VI entre pessoas do mesmo sexo, é que na segunda pode ocorrer um fenómeno a que se tem chamado *outing* (Santaya & Walters, 2011) – quando um dos elementos do casal expõe, ou ameaça expor, a orientação sexual do/a seu/sua companheiro/a contra a sua vontade (Messinger, 2014). As principais diferenças na VI ocorrida entre pessoas de sexos diferentes e entre pessoas do mesmo sexo estão nas consequências para as vítimas (Gillum & DiFulvio, 2012), ou noutras dificuldades relacionadas com a procura de ajuda (Hester & Donovan, 2009) e a capacidade de reconhecer a violência nas suas relações (Herek & Sims, 2008).

Gillum e DiFulvio (2012) referem que as sequelas físicas ou psicológicas para as vítimas de VI entre pessoas do mesmo sexo são as mesmas que para as vítimas de VI entre pessoas de sexos diferentes (e.g. depressão, Perturbação de Stress Pós-Traumático; distúrbios de sono, dor crónica, etc.) mas o risco para que aconteçam é superior nas vítimas de VI entre pessoas do mesmo sexo, por fazerem parte de uma minoria que é socialmente estigmatizada e oprimida, sujeita ao *stress* das minorias (*minority stress*). Balsam e Szymanski (2005) descrevem o *stress* das minorias como o *stress* psicossocial resultante de se pertencer a um grupo minoritário que é socialmente estigmatizado e

marginalizado. De acordo com as autoras, para a comunidade LGB, pode ser o resultado de fatores de *stress* externo, como a discriminação ou crimes de ódio, ou por fatores de *stress* interno, como a homofobia internalizada. As consequências a nível social também podem ser bastante diferentes, por exemplo, quando levado a cabo, o *outing* pode levar à perda do suporte de familiares e amigos/as, à perda de emprego ou à perda de poderes parentais (Walters, 2011).

A falta de suporte familiar e o isolamento social a que estas pessoas muitas vezes estão sujeitas, pode fazer com que tenham maior dificuldade em procurar ajuda (Hassouneh & Glass, 2008; Walters, 2011), o que leva a que o acesso a tratamentos e a saída da relação ocorram mais tarde, aumentando o tempo de exposição a comportamentos violentos que, por sua vez, produzirão consequências mais graves, dificultando posteriormente a recuperação (Herek & Sims, 2008). O medo de virem a ser alvo de vitimação secundária, originada por preconceitos homofóbicos, pode aumentar a resistência das vítimas de VI entre pessoas do mesmo sexo a procurar ajuda (Hassouneh & Glass, 2008; Herek & Sims, 2008; Oliffe et al., 2014; Santos, 2012; Walters, 2011). Se, por um lado, os homens acreditam que o sistema judicial e as instituições de apoio a vítimas de VI estão pensados e estruturados para mulheres (Oliffe et al., 2014), por outro, as mulheres têm a perceção de que aqueles estão estruturados apenas para mulheres que sejam vítimas de violência por homens (Hassouneh & Glass, 2008; Walters, 2011). Outro fator que pode ser importante para a recusa em procurar ajuda pode estar relacionado com o medo de que o conhecimento público de situações de VI entre pessoas do mesmo sexo venha a ser utilizado como justificação para preconceitos homofóbicos (Herek & Sims, 2008). A socialização para os papéis de género pode ser importante para compreender a dificuldade que estas vítimas têm em reconhecer que as suas relações são abusivas, uma vez que dita quem é que pode ou não perpetrar violência ou ser vítima (Brown, 2008). A crença de que as mulheres são, por natureza, não violentas, pode levar a que as mulheres em situações de VI tendam a desvalorizar os comportamentos violentos (Hassouneh & Glass, 2008; Walters, 2011). Por sua vez, os homens tendem a normalizar os episódios violentos por considerarem que a violência é uma componente natural da masculinidade (Santaya & Walters, 2011) e que não podem ser vítimas, porque isso irá pôr em causa a sua própria masculinidade (Kubicek, McNeeley, & Collins, 2015). Em muitos casos, a violência entre casais constituídos por dois homens, surge como forma de reafirmar essa masculinidade (Kubicek et al., 2015; Santaya & Walters, 2011).

Os estereótipos associados aos papéis de género também podem estar na base de conflitos entre os elementos do casal. Por exemplo, Gillum e DiFulvio (2012) concluíram, no seu estudo, que a crença de que existe um certo grau de conexão feminina entre duas mulheres que facilita o entendimento entre ambas sem que seja necessário haver comunicação, pode levar a que quando isso não aconteça haja momentos de tensão que podem espoletar violência.

Assim, considerando os contributos teóricos apresentados propusemo-nos a avançar para a realização de um estudo que pretendeu perceber se, e de que forma, o género ou a socialização para os papéis de género influenciam a VI entre pessoas do mesmo sexo.

## **Metodologia**

### **Objetivos**

O objetivo geral da presente investigação foi tentar compreender se, e de que forma, os papéis de género podem desempenhar um papel importante no contexto de relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo.

De forma mais específica, pretendeu-se perceber se os papéis de género têm influência i) durante os episódios abusivos, ii) na forma como ambos os elementos da relação percecionam os episódios abusivos, iii) na tomada de decisão de abandono da relação; iv) no pedido de ajuda (a agentes formais ou informais). Procurou-se ainda explorar se existe, de alguma forma, nas relações abusivas entre pessoas do mesmo sexo uma aproximação aos comportamentos de género heteronormativos.

### **Método**

Para a realização deste estudo, optou-se por elaborar uma investigação de natureza qualitativa, que nos permitiu aceder à forma como os/as participantes vivenciaram a experiência abusiva, ao modo como lidaram com ela e às suas perceções subjacentes aos episódios abusivos. Para tal, recorreu-se à realização de entrevistas semi-diretivas, com base num guião semiestruturado, previamente formulado, que cobria todas as áreas a explorar.

### **Participantes**

A amostra foi composta por cinco pessoas (cf. Tabela 1), quatro mulheres e um homem, com idades entre os 24 e os 52 anos, com uma média de idades de 35 anos. Quanto ao nível de escolaridade, o grau mais baixo de escolaridade entre os participantes é a Licenciatura e o mais alto o Doutoramento. Relativamente à duração da

relação, uma teve a duração de cinco meses, três de quatro anos e uma de cinco anos. Apenas uma participante não sabia referir se a relação se mantinha ou se tinha terminado, todos/as os/as outros/as participantes referiram que a relação tinha terminado. Atendendo à dificuldade em aceder a esta população específica e ao contexto metodológico adotado, esta é uma amostra de conveniência e não probabilística.

Todas/os as/os participantes se autoidentificaram como vítimas de VI.

Tabela 2  
*Caracterização sociodemográfica dos/as participantes*

Participantes	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação/ Profissão	Duração da relação	Situação da relação
E1	Feminino	41	Doutoramento	Professora Universitária	4 anos	Terminou
E2	Masculino	25	Pós-graduação	Actor	4 anos	Terminou
E3	Feminino	24	Licenciatura/ Mestranda	Estudante/ Desempregada/ Atriz	4 anos	Terminou
E4	Feminino	52	Licenciatura	Professora	5 anos	Não sabe
E5	Feminino	33	Mestrado	Médica	5 meses	Terminou

### **Instrumento**

Para a recolha de dados recorreu-se ao método do inquérito, suportado pela técnica da entrevista. O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada com um guião desenvolvido propositadamente para este estudo, que encerrava um conjunto de questões relacionadas com a experiência vivida na relação abusiva (cf. Anexo A), separadas em quatro grandes áreas: história da experiência abusiva; pedido de ajuda/revelação; motivações subjacentes aos comportamentos violentos e ao abandono da relação e exploração dos papéis de género.

### **Procedimentos**

O presente estudo foi inicialmente submetido à apreciação da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa. Após parecer favorável (cf. Anexo B) foram contactadas diversas associações e coletivos LGBT, nomeadamente, “Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero”, “Rede *Ex-Aequo*”, “PortugalGay.PT”, “Caleidoscópio LGBT”, “Dezanove”, que aceitaram colaborar divulgando o estudo junto das comunidades que representam – que incluem as comunidades homossexuais e bissexuais – para que, querendo participar no mesmo, os interessados pudessem entrar em contacto com os/as autores/as. O estudo foi também divulgado na rede social *Facebook*, em páginas e grupos LGBT. Recorrendo à técnica

de *snowball*, solicitou-se a todas as pessoas que tivessem conhecimento do estudo que o divulgassem também junto dos seus contactos.

Para a divulgação do estudo foi criado um formulário (cf. Anexo C), numa plataforma *online* – *Google Forms* – em que estavam explicados os objetivos da investigação, quais as condições necessárias para que cada pessoa pudesse participar no estudo (ter mais de 18 anos, estar/ter estado numa relação de intimidade abusiva com pessoa do mesmo sexo) e de que forma o estudo seria conduzido. Esse formulário possibilitou ainda a recolha de alguns dados sociodemográficos dos/as participantes e os endereços de *e-mail* por onde os/as poderíamos contactar para agendar as entrevistas. Para contactar os/as participantes, foi criada uma conta de *e-mail* específica para este estudo, que pudesse ser desativada no final da investigação, salvaguardando a confidencialidade dos dados que fossem ser partilhados.

Antes de cada entrevista, explicou-se a cada participante quais os objetivos do estudo, os princípios orientadores da investigação científica em Psicologia, tais como a confidencialidade, o anonimato e a privacidade, estipulados no artigo 7º do Código Deontológico dos/as Psicólogos/as, e respondeu-se a eventuais questões que os/as participantes tivessem acerca do estudo. Solicitou-se a cada participante que assinasse um consentimento informado.

As entrevistas foram realizadas num contexto em que estivessem reunidas as condições necessárias de segurança, iluminação, ausência de ruídos e outros fatores passíveis de distração, escolhidas por cada participante. Apenas uma entrevista foi realizada recorrendo a um programa que possibilita a realização de videochamadas via *Internet* – *Skype* – por não se reunirem as condições necessárias para que a entrevista fosse realizada em contexto físico partilhado. Todas as entrevistas foram registadas em formato áudio e posteriormente transcritas para o efeito da análise de conteúdo pretendida. Assegurou-se ainda a cada participante que todos os registos, áudio ou em papel, seriam destruídos no final da investigação e que nenhum dos dados fornecidos seria utilizado para qualquer outro propósito que não o da presente investigação. Todas/os as/os participantes foram informadas/os de que a qualquer momento poderiam desistir de participar na investigação e/ou que não necessitavam de responder a alguma questão quando assim o entendessem. Todos/as participantes assinaram um consentimento informado em que concordaram com as condições até aqui descritas. No final de cada entrevista, perguntou-se a cada participante se queria acrescentar ou

reformular alguma informação ou fazer algum comentário. As entrevistas foram realizadas entre abril e junho de 2016.

Para analisar os dados recolhidos recorreu-se à técnica de análise de conteúdo (Miles & Huberman, 1994). Após a transcrição das entrevistas procedeu-se à codificação dos dados recolhidos. Os códigos criados foram posteriormente reagrupados e surgiram quatro categorias principais: papéis de género na relação; abandono da relação; ajuda e heteronormatividade na linguagem. Para confirmar a pertinência das categorias, procurou-se, nas entrevistas, excertos que pudessem ilustrar cada uma delas, e que foram utilizados para explicar e demonstrar os resultados obtidos.

## **Resultados**

### *Papéis de género na relação*

Ao longo das entrevistas, perguntou-se aos/às participantes qual a sua opinião sobre a ideia de que, nos relacionamentos de intimidade entre pessoas do mesmo sexo, uma das pessoas tende a adotar comportamentos ditos femininos e a outra masculinos e se isso teria acontecido nas relações que nos estavam a descrever. Uma das participantes relata que, apesar de não concordar com essa generalização, no seu caso, essa aproximação aos papéis de género tradicionais e heteronormativos aconteceu de forma clara:

Olha, eu acho que isso é uma treta. E vou fazer uma piada, tu não perguntas a dois pauzinhos dos chineses qual deles é que é o garfo e qual deles é que é a faca. (...) não podes dizer isso em relação a relações entre duas mulheres. Só que, no meu caso, isso acontecia de facto. (...) apesar de nós sermos duas mulheres, ela fazia por assumir um papel masculino. Hum... e ela acabava por atribuir papéis de género tanto a ela como a mim. Então, a ela atribuía os papéis de género do tipo, eu vou estar sentada no sofá a... não vou estar a ler o jornal, mas vou estar no computador enquanto tu vais às compras, cozinhas e fazes as tarefas domésticas. E eu tenho a casa, eu tenho o carro, eu tenho o poder, portanto tu fazes o que eu quero. E eu é que fumo, e eu é que bebo, e eu é que peço a conta e eu é que faço tudo porque eu é que visto as calças. Então, ela é uma pessoa extremamente machista. Eu não sei exatamente como é que, como é que posso dizer isto, mas ela... ela de facto assumia um papel e ela assumia-o como o papel masculino. Hum... e era muito esquisito, porque ela até me dizia uma cena que era “eu sou o gajo” e era bué, era bué *fucked up* e esquisito. Portanto, ya, eu... se tu me perguntas no geral podes dizer isso das relações entre duas mulheres, pá, não, não podes. São duas mulheres. *That's the point*. Mas no meu caso isso acontecia. E acho que tem a ver com uma questão de poder, e domínio. E no caso da Y [companheira] ela pelos vistos associava isso à masculinidade. E dizia que eu tinha de ser a gaja e que eu é que tinha de lavar a loiça porque eu era a gaja de casa. E era tipo, a doméstica. Era muito doentio. (E3)

A associação entre domínio e masculinidade a que esta participante se refere surge também no discurso de uma outra participante:

... ela disse que não tem lado feminino, ela até escreve, dominante. (...) E ela quer dominar sempre e a outra pessoa tem que ser sempre passiva, tem de ser mesmo porque ela não deixa fazer mesmo. Ela quer fazer tudo. Tem que ser ela e a outra pessoa totalmente devota. Às vezes aborrece, sim. (E4)

Ao longo das entrevistas foi possível verificar que mais do que haver uma adoção clara de comportamentos entendidos como masculinos ou femininos por parte de um dos elementos do casal, o que foi bastante comum aos/às participantes foi uma associação entre determinados conceitos e as suas próprias definições de masculino e feminino “há sempre uma um bocadinho mais masculina. Talvez nem de aspeto. Talvez no comportamento.” (E4). Por exemplo, uma das participantes descreve aquilo que para si é masculino e feminino da seguinte forma:

...a resposta é fácil e direta. Se for num ponto de vista físico, por exemplo, masculino é ativo, feminino é passivo. Isso é fácil. Hum... se for em termos sociais, eu acho que o homem é dominante a nível social, porque o homem domina a finança, domina a economia, domina a política e a mulher tem sempre, de há dois mil anos para cá, uma posição de subordinada, quer a gente queira quer não. Falo como mulher e com muito orgulho de ser mulher. Portanto acho que há essa diferença. (E1)

Quando questionada sobre isso ter acontecido na sua relação, a primeira resposta que dá é afirmativa e depois de uma pausa reformula:

Acho que a Y [companheira] sim, era totalmente... não era (pausa) a Y era totalmente dominadora, não necessariamente masculina, não, de maneira nenhuma, e eu submissa, não necessariamente feminina, porque eu não ligo as duas coisas. Acho que é reversível. (E1)

No mesmo sentido, outra participante afirma que essa diferenciação nos papéis de género influenciava a relação: “Ah sim, com ela sim. Sem dúvida, mas porque ela achava muito importante o dinheiro e os conhecimentos. E isso é que era importante. Tudo o resto era treta.” (E5). Neste caso importa também ter em conta a resposta anterior desta participante sobre a noção de senso comum de que nos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo existe uma aproximação aos papéis de género tradicionais das relações heterossexuais:

Epá, não sei o que é que acho, porque ainda no outro dia estava a pensar nisso, porque, por exemplo, eu agora não trabalho (...) e é natural que eu estando aqui, (...) se eu fosse ver que papel eu exerço agora, eu exerço o papel de dona de casa. Sou eu que limpo esta casa. Sou eu que ponho a maior parte das coisas para lavar. (...) sou eu que cozinho. (...) passo a roupa e não sei quê, portanto, eu adotei

um papel que se tu chegasses aqui e fizesses uma avaliação e comparasses com um casal hétero eu seria uma figura feminina. Mas, por outro lado, se tu me vires a falar com a Y [atual companheira] e decidir que série vamos ver ou se vamos ver um filme ou se vamos agora andar à noite porque estamos a tentar emagrecer, se calhar já sou mais masculina. Porque já consigo, controlar um bocadinho mais o que se vai passar, percebes? (...) Não te sei responder diretamente à pergunta. Estou-te a dar o exemplo, não sei se te estou a responder sequer à pergunta. (E5)

Apesar de não haver uma adoção clara de comportamentos ou posturas estereotipicamente associados a masculino ou feminino, os/as participantes foram fazendo a associação de que determinadas características são masculinas (e.g. poder, domínio, independência económica) e outras femininas (e.g. ser passiva; dependência económica; cozinhar e tratar das tarefas domésticas).

Apenas uma pessoa referiu, perentoriamente, que não havia qualquer aproximação aos comportamentos de género heteronormativos: “acho só que não tem nada a ver. São dois homens, ponto final. Não há um mais feminino, ou outro menos feminino. É igual.” (E2).

#### *Abandono da relação*

Embora todos/as os/as participantes acreditassem que se tivessem passado pela mesma experiência, mas com um/a companheiro/a de sexo diferente, a dinâmica da relação seria igual – “a situação era igual. Na minha opinião. Porque uma mulher também me conseguia fazer exatamente a mesma coisa que um homem fez. Disso não tenho dúvidas.” (E1); “Era igual. Era horrivelmente igual. Não faz diferença nenhuma.” (E1) –, alguns/algumas participantes sugerem que as suas reações talvez tivessem sido diferentes:

Ui. Já teria mandado embora. Ao tempo. Porque tenho uma história anterior, só para não ter problemas mais com a minha família e tal, durante dois anos, de quem eu tenho os filhos. E foi a pessoa mais violenta que uma pessoa pode imaginar. (...) ...olhe, eu larguei-o num instantinho e pus logo em tribunal por violência doméstica (...) Ai, mas larguei sem problemas. Se fosse um homem, nem um único dia. Mas ela é mulher... eu gosto dela, tenho sempre esperança que as coisas resolvam. Mas se fosse um homem, ninguém me fazia isto. [Mas imaginando que se conseguia apaixonar por um homem, como acha que seria?] Não, não, não, se ele fosse homem, nunca na vida deixava fazer isto. É engraçado. Por acaso é engraçado. (E4)

A participante não foi capaz de se colocar numa posição em que conseguisse criar um vínculo emocional com um homem numa relação de intimidade, sendo também esse um dos motivos pelos quais, imaginando-se a passar pela mesma situação com um

homem, teria mais facilidade em abandonar a relação. Uma outra participante corrobora a ideia de que teria mais facilmente abandonado a relação se a sua companheira fosse do sexo masculino, uma vez que a VI é normalmente descrita como um fenómeno que acontece entre duas pessoas de sexos diferentes, em que o homem surge como o agressor e a mulher como vítima:

...eu acho que eu tinha tido vontade de acabar mais cedo e achava que ele se tinha passado comigo e tinha ficado mais de pé atrás com ele. [Porquê?] Porque é mais badalado, é mais... é mais comum, digamos assim, um homem usar a sua força, estás a ver?, e como todas as histórias que nós conhecemos, filmes e não sei quê, e... o que eu ia pensar era ele, fogo, isto é o fim de linha. Ignorância minha ou não, acho que era o que eu ia pensar. (E5)

Outro motivo que surgiu como entrave para o abandono da relação, prende-se com a crença de que não existem mais opções, isto é, por ser mais complicado para uma pessoa que procura relacionamentos de intimidade com pessoas do mesmo sexo encontrar outras pessoas que tenham o mesmo interesse, ou a mesma orientação sexual:

Não sei. Não sei. Talvez também por não ter mais opções, mas eu realmente gostei muito dela. (...) Nem sou muito de falar, mas encontrar mulheres cá NA CIDADE é muito complicado. Muito. Pelo menos, talvez ande pelos lados errados. Não faço ideia. (E4)

Num outro ponto da entrevista, a participante, a propósito do tempo anterior a esta relação conta que “foi sempre muito complicado e andei o tempo todo sozinha. Tanto que para a conhecer a ela demorei 22 anos” (E4).

#### *Pedido de ajuda*

Todos/as os/as participantes concordaram que as reações de terceiros teriam sido diferentes se as relações em que estavam tivessem sido relações com uma pessoa de sexo diferente. Para um dos participantes, como as relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo são muitas vezes escondidas, e menos faladas publicamente, a sociedade está menos alerta para eventuais situações de VI nestas relações:

...sendo uma relação heterossexual há muito mais gente que, há muito mais, como é que te hei-de explicar? Toda a gente sabe que existe a relação. Coisa que numa relação homossexual, há pessoas que sabem que existe a relação e há pessoas que nem sequer sonham. Ao teres mais gente a observar a relação, eu acho que também é mais fácil detetar que existe um problema na relação. Porque se tens um grupo mais restrito é muito mais difícil esse grupo restrito saber, é muito mais fácil esconder num grupo restrito do que num grupo grande. Por isso, se calhar, o que eu acho que poderia acontecer era eu ter ajuda involuntária, se calhar. De certa forma. Não sei se faz sentido (...) Mesmo porque sabiam

que existia um problema com muito mais facilidade. Lá está, eu acho que se veem dois, lá está, se tu vês um homem e uma mulher a discutir, tu percebes que é uma, provavelmente a primeira coisa que te vem à cabeça é uma relação de violência doméstica. E, de alguma forma, hás-de tentar, ou pelo menos tens a noção de que pode-se resolver o problema de alguma forma. Quando tu vês dois homens a discutir, nunca vais assumir logo que é uma relação de violência doméstica. São só dois amigos que se chatearam. Tá feito. Portanto, é difícil de comparar as coisas nesse aspeto. É igual mas é diferente. Hum... por que é que é diferente? Eu acho que a única diferença é... lá está... a nível de sociedade que existe a diferença. Dentro da relação eu acho que não existe diferença nenhuma. Portanto é só do exterior para a relação é que existe uma diferença de como as pessoas olham para a relação. (E2)

A participante E3 também acredita que a reação das pessoas à sua volta teria sido diferente se tivesse um homem como companheiro. Em primeiro lugar pelo mito de que as mulheres não são agressoras, em segundo lugar, porque a VI entre pessoas do mesmo sexo não tem visibilidade social:

...é muito mais difícil, para alguém que está, para alguém que... principalmente para alguém que está fora do contexto LGBT e que pá, há pessoas que... de facto não sabem que uma relação entre duas mulheres pode ser exatamente a mesma coisa que uma relação hétero. E... e para algumas pessoas aquilo custa a entrar, do tipo... se são duas mulheres como é que uma pode ter um domínio sobre a outra? Porque as mulheres não dominam. Acham as pessoas. Acho que por isso é que é mais difícil aperceber que violência entre casais do mesmo sexo existe mesmo, e é um problema porque está horrivelmente silenciada.

A par do mito sobre as mulheres não serem perpetradoras de violência, também apareceu a crença de que as relações entre duas mulheres são mais igualitárias, como entrave para a denúncia de situações de abuso. Uma participante explica que se sente desigual em relação a um homem, mas apenas e só fisicamente, justificando assim o porquê de acreditar que teria feito uma denúncia mais facilmente. O que importa realçar no seguinte excerto é que, na situação de VI que nos descreveu, todos os comportamentos violentos a que foi submetida são de natureza verbal e/ou psicológica e, portanto, seria de esperar que essa desigualdade que diz sentir não interferisse nesta situação hipotética:

Sim, muito mais fácil [denunciar], do que com uma mulher. Porque... com uma mulher há... tu és igual. Tu és igual à tua parceira. Não há desigualdade. Eu em relação a um homem sinto-me desigual. Um homem é superior a mim. Fisicamente, apenas e só, mas em termos... espera aí, estou a meter os pés pelas mãos. Porque a mulher tem mais proteção em relação a um homem, do que pessoas *gay*. É só isso. (E1)

A dificuldade em recorrer às forças de segurança por medo de se exporem a eventuais reações homofóbicas, surgiu nos discursos dos/as participantes:

Pá, ainda levei alguns meses a decidir apresentar queixa, porque eu sabia que ia ser uma coisa mesmo muito complicada, até porque... o que é que tu fazes quando tu és uma rapariga, namoraste com outra rapariga e chegas a uma esquadra de polícias cheia de matulões e dizes “olhe, queria apresentar queixa contra a minha namorada que me bateu”? (E3)

Apenas duas participantes relatam casos em que houve a intervenção da polícia. Num dos casos, foi quando a participante se deslocou à esquadra para fazer a denúncia e o primeiro contacto com os/as agentes policiais foi desconfortante para a participante:

...fui à esquadra, ó pá, e foi mesmo assustador, porque eu entrei lá e estava aquilo cheio de polícias, tipo enormes, bué brolhos tás a ver? E eu disse “olhe, eu queria apresentar uma queixa por violência doméstica” e eles “ó menina, mas o seu namorado bateu-lhe?” e eu “não, eu estive numa relação com uma mulher durante quatro anos e, e... ela bateu-me, várias vezes, e...” e eles ficaram todos tipo... parecia que não sabiam bem o que fazer. E foi mesmo do tipo “tem a certeza que quer mesmo fazer queixa?” do tipo “então mas isso existe entre duas mulheres? Que esquisito”. Ó pá, e depois estive imenso tempo à espera que me dissessem alguma coisa, porque eu estava lá sentada no escritório e eles começaram tipo a fazer chamadas por todo o lado, do género “olhe, está aqui uma menina a dizer que esteve numa relação com uma mulher e a mulher bateu-lhe e não sei o quê, o que é que fazemos?” e depois lá me encaminharam para o Gabinete de Apoio à Vítima que era noutra esquadra, felizmente, e aí eu estive 5 horas a prestar declarações.” (E3)

Mais à frente, a mesma participante diz acreditar que se a sua companheira fosse um homem “se calhar era mais fácil a minha situação ser validada” (E3). No outro caso, a polícia foi chamada a intervir por vizinhos/as que se aperceberam de uma situação de violência e a participante relata uma experiência totalmente positiva com a forma como os agentes policiais lidaram com a situação:

...a polícia reagiu de uma forma espetacular, porque eu não estava à espera que a polícia reagisse assim. (...) eu pensei, os polícias vão chegar e vão pensar “quem é o agressor aqui?”, não é? Vai haver dúvidas. (...) E eu fiquei muito espantada. “Estão aqui as duas só?” Começaram aquelas perguntas, “são só as duas que estão aqui em casa? Está-se a passar alguma coisa?” e ela “ah, não, está tudo bem, não está E5?”, “não, não está tudo bem. Eu quero-me ir embora.”. “ok, então pegue nas suas coisas. Já pegou nas suas coisas?” e começaram tipo a defender-me (...) E... depois não tinha O OBJETO (...) e disse-lhes “olhe, não tenho O OBJETO, eu acho que, que ela me escondeu, não sei onde é que está”. E eles acreditaram em mim! Andaram a revistar a casa toda. Outra coisa que eu achei espetacular. E não aparecia O OBJETO e mesmo assim eles acreditavam em mim. E eu, fogo, que fixe. Senti-me bem. E aliviada. Eu de repente até deixei de chorar. Tipo, vou-me embora

finalmente. Vou conseguir sair daqui e vou levar tudo. Estás a ver? Senti-me muito protegida e senti que eu estava mesmo a precisar daquilo.” (E5)

Quando questionada sobre se a atuação de terceiros teria sido igual ou diferente, se estivesse numa relação de intimidade com um homem, esta participante respondeu:

A polícia, não faço a mínima ideia, espero que sim [que fosse igual], porque a reação deles foi ótima e foi, foi correta. Eles agiram de acordo com a verdade. Eu não sei como é que eles sabiam a verdade, mas aquela era a verdade. (E5)

O medo de reações homofóbicas por parte das instituições de apoio à vítima também apareceu nos discursos dos/as participantes:

É mais fácil, para um casal assim [de pessoas de sexo diferente], arranjar ajuda. Basta ir para a APAV e temos ajuda. E foi a UMAR e a APAV a me informar do que é que eu podia fazer [numa anterior situação de VI em que o seu companheiro era homem]. (...) A violência doméstica é muito fácil. Mas para pessoas do mesmo sexo não estou a ver. Isso é o que digo, essa parte faz falta. Nós não temos para onde recorrer, não temos ninguém que nos possa dar um conselho e dizer faça assim e assado e pôr-nos a pensar. Não há. E depois assim como ainda, apesar que é legal hoje em dia, para as pessoas assim é geral, não é. Elas não gostam. E então uma pessoa tem que sempre esconder-se. É muito cansativo às vezes até e como é que uma pessoa vai saber onde ir? Onde é que uma pessoa vai buscar ajuda num caso destes? Não há nada. (E4)

As duas instituições mencionadas pela participante promovem o apoio a vítimas de VI entre pessoas do mesmo sexo. Apesar de a participante já ter contactado com ambas, continua a ter receio de uma possível reação homofóbica por parte das instituições e acredita que são direcionadas para vítimas de VI entre pessoas de sexos diferentes. A participante considera ser necessário que se criem instituições de apoio à vítima que se foquem, essencialmente, na comunidade LGBT. Opinião essa que é partilhada por outra participante:

... há pessoas especializadas na área da violência doméstica, entre casais heterossexuais, mas em Portugal não há uma única associação ou um único coletivo que se debruce sobre esta matéria especificamente entre pessoas do mesmo sexo. E isso é um problema, porque estas situações são muito específicas e na abordagem profissional de, de... tanto a nível de psicologia como a nível jurídico, precisam que as pessoas sejam especializadas nisso e que consigam ir a esse nível de especificidade. (...) é que mesmo a nível de tribunais, porque é assim... tu passas por esta situação e vais, por exemplo, à APAV. E explicas, “eu estive numa relação com uma mulher e preciso de ajuda e preciso do vosso apoio jurídico para depois quando for para tribunal”. E no tribunal, as pessoas estão preparadas para lidar com pessoas heterossexuais. Os juízes que, infelizmente, já são bastante sexistas e bastante... fechados em relação a esse assunto, os juízes não estão minimamente

preparados para lidar com uma situação que de repente mete duas mulheres, ou dois homens. Ou pessoas trans, o que for. E tu precisas de saber que há ali pessoas que vão saber, em tribunal, defender-te nesse aspeto. E não há. E... pronto, estou a falar de tribunal mas depois todos os outros aspetos da vida das pessoas, não é? E do apoio que precisam. Pá, é muito complicado. E acho que é preciso haver apoio especificamente direcionado para mim e para todas as outras pessoas que passam por isso, não é? E não há. Há lá fora, há a nível internacional, há associações tipo a *Broken Rainbow*. (E3)

A mesma participante faz ainda referência à falta de apoio da comunidade LGBT para as situações de VI entre pessoas do mesmo sexo:

...cá em Portugal... acontece uma cena que é... ainda acontece uma cena que acontece, que acho que aconteceu em muitos países quando os movimentos LGBT ainda estavam mais no início que é, nós temos que transmitir uma imagem perfeita da comunidade LGBT e não podemos mostrar que temos paredes, que temos telhados de vidro e que também existe violência doméstica em relação a isto, em relação a nós. E, por exemplo, quando eu fiz uma denúncia pública relativamente à Y [companheira], a resposta da comunidade LGBT e de várias associações, e eu estava ligada a coletivos e, e... à marcha LGBT DA CIDADE, por exemplo, a resposta da marcha LGBT foi “ah, nós não sabemos de nada, apesar de sabermos, não vamos fazer nada. Olha, não apareças nos sítios, pronto.” Tipo, vamos todos fingir que isto não está a acontecer. Quando está. (E3)

#### *Heteronormatividade na linguagem*

Ao longo dos discursos dos/as participantes foi possível detetar, através de algumas palavras ou conceitos utilizados, o impacto de heteronormatividade socialmente associada à VI.

Num dos casos, uma participante, enquanto relatava a intervenção da polícia durante um episódio de violência utilizou a seguinte linguagem:

Então eu pensei, os polícias vão chegar e vão pensar “quem é o agressor aqui?” (...) vão perguntar quem é que está a agredir quem e não sei quantas perguntas só para tentar descobrir quem é que é o agressor (...) Portanto eu pensei, os polícias vão entrar e ela vai dizer qualquer coisa e os polícias vão ficar todos coisos e não vão perceber nada do que se está a passar. Vão ficar confusos e não vão saber quem é que é o agressor afinal. (E5)

Além do medo que refere de que a polícia pudesse não perceber quem estava a agredir quem, por serem duas mulheres, de cada vez que se referiu à pessoa agressora fê-lo no masculino, apesar de nenhuma das pessoas do casal ser um homem.

Uma outra participante, que já tinha experienciado uma situação de vitimação numa relação de intimidade abusiva com um homem, em que procurou ajuda e denunciou, refere, a propósito dos mecanismos de resposta social e judicial à VI que “A violência

doméstica é muito fácil [procurar ajuda]. Mas para pessoas do mesmo sexo não estou a ver.” (E4). Há aqui uma dissociação entre a VI entre pessoas de sexos diferentes e a VI entre pessoas do mesmo sexo, como se não configurassem ambas o crime de violência doméstica. No mesmo sentido, outra participante disse:

Como pessoa *gay* não tinha, eu não posso telefonar à POLÍCIA (...) Se eu for uma mulher e estiver numa situação de violência psicológica doméstica, posso telefonar e dizer e apresentar uma queixa e provas, etc.” (E1)

Neste excerto importa não só a conotação dada ao conceito de violência doméstica, semelhante ao excerto anterior da participante E4, mas também a diferenciação que a participante faz quando diz que se for “uma mulher” pode apresentar queixa, mas “como pessoa *gay*” não pode, sendo que a participante é, efetivamente, uma mulher vítima de VI psicológica, perpetrada por outra mulher.

### **Discussão**

A investigação sobre a VI entre pessoas do mesmo sexo em Portugal teve início em 2005, com o estudo de Antunes e Machado. Desde então têm surgido mais estudos sobre a problemática, maioritariamente focados na prevalência desta forma de violência (e.g. Costa et al., 2011; Domingues, 2015; Osório, 2016), ou na caracterização da violência (e.g. Rodrigues et al., 2010; Santos, 2012; Topa, 2010) e, no último ano foi realizado um estudo relacionado especificamente com os mecanismos de apoio às vítimas de VI entre pessoas do mesmo sexo, por Fernandes (2016). Tanto quanto sabemos, este é o primeiro estudo, em Portugal, que se debruça sobre a importância do género nas relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo. Grande parte dos resultados obtidos neste estudo vem já referenciada ao longo dos estudos anteriormente citados, só não foram analisados sobre uma perspetiva de género.

Em algumas das relações descritas pelos/as participantes, houve uma aproximação aos papéis de género tradicionais heteronormativos, que influenciou de alguma forma a desigualdade de poder entre os elementos do casal. Segundo Antunes e Machado (2005), os estudos sobre os diferenciais de poder entre os elementos de uma relação de intimidade abusiva entre pessoas do mesmo sexo e a violência são inconclusivos. De acordo com as autoras, apesar de, tendencialmente, haver uma rejeição dos papéis de género tradicionais (masculino-feminino) nestas relações, e de os papéis desempenhados por cada um dos elementos terem por base as competências e os interesses pessoais de cada um, “é possível que os desequilíbrios de poder que

acontecem nas relações heterossexuais possam estender-se ao contexto das relações homossexuais, tendo em conta que as relações heterossexuais constituem o modelo de família para a maioria dos *gays* e *lésbicas*” (p.171). Mas o que se destacou mais nas entrevistas relativamente a esta questão foi o facto de os/as participantes, quando questionados/as sobre os papéis de gênero, fazerem uma associação entre domínio/poder/controlo e masculinidade e entre tarefas domésticas/dependência económica e feminilidade. Mesmo que não houvesse comportamentos, ou posturas, que se enquadrassem no estereótipo de comportamentos ou posturas masculinas e/ou femininas, com base nessa associação mental, a maioria dos/as participantes referiu que existia essa aproximação aos papéis de gênero tradicionais presentes nas relações de intimidade heteronormativas. Associações semelhantes foram também encontradas no estudo de Kubicek e colaboradores/as (2015).

Outra área em que o gênero se revelou importante no contexto destas relações foi na tomada de decisão para abandonar a relação. Nesta amostra, essa dificuldade surgiu de duas formas distintas. Uma prende-se com a crença de que têm menos opções para encontrar outro/a companheiro/a com quem possam ter uma relação de intimidade. A ideia presente no discurso da participante E4, de “não ter mais opções”, também emerge nos discursos dos participantes do estudo de Gillum e DiFulvio (2012). Explicam as autoras que a invisibilidade social das relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo, aliada ao medo em assumir a orientação sexual, pode levar a que haja esta sensação de que têm menos opções para encontrar novos/as parceiros/as, o que as leva a ser mais relutantes relativamente ao abandono da relação, por medo de ficarem sozinhas (Cruz, 2003). Outra tem a ver com a dificuldade em reconhecer que a relação é abusiva. Algumas participantes deste estudo referiram que se tivessem passado pela mesma experiência, mas as companheiras fossem homens, muito mais facilmente teriam abandonado a relação, pois acreditam que teriam detetado que estavam numa relação abusiva mais cedo. A VI entre pessoas de sexos diferentes é bastante mais falada publicamente e, na maioria das vezes, é caracterizada como violência perpetrada por homens sobre mulheres. Essa caracterização acaba por fazer com que as pessoas associem os comportamentos violentos em relações de intimidade a homens e não a mulheres, dificultando a categorização das suas vivências como VI. Resultados semelhantes foram encontrados nos estudos de Gillum e DiFulvio (2012) e Hassouneh e Glass (2008).

O “mito da utopia lésbica”, descrito por Hassouneh e Glass (2008) como a crença de que as relações entre duas mulheres, por não terem um elemento masculino causador de desequilíbrios de poder entre os elementos do casal, são mais igualitárias e isentas de violência, foi encontrado no discurso de uma das participantes. Resultado congruente com os estudos de Hassouneh e Glass (2008) e Walters (2011).

O género revelou-se importante também na procura de ajuda, ou, melhor dizendo, revelou-se um entrave para a procura de ajuda, sobretudo pelo medo que os/as participantes demonstraram de poderem ser alvos de represálias homofóbicas. Em primeiro lugar surgiu o medo de denunciar as situações, por não se quererem expor a possíveis reações homofóbicas dos/as agentes policiais, que vai ao encontro dos resultados obtidos nos estudos de Gillum e DiFulvio (2012), Santos (2012) e Walters (2011). Em segundo lugar, além do medo da forma como poderiam ser tratados/as pelos serviços de apoio a vítimas, foi possível perceber que existe entre os/as participantes a percepção de que esses serviços são pensados e estruturados para mulheres vítimas de VI perpetrada por um homem. Essa percepção foi também encontrada nos discursos dos/as participantes dos estudos de Topa (2010) e Santos (2012) em Portugal, de Hassouneh e Glass (2008) e Walters (2011) nos E.U.A. e de Oliffe e colaboradores/as (2014) no Canadá. A falta de instituições especializadas em VI entre pessoas do mesmo sexo e a falta de formação dos/as profissionais, desde profissionais dos serviços de apoio à vítima aos/as profissionais do sistema de justiça (e.g. agentes policiais, juízes/as), é uma ideia transversal a todos/as participantes. As dificuldades encontradas por estas pessoas, quando são vítimas de VI, são superiores às dificuldades encontradas pelas vítimas de VI entre pessoas de sexos diferentes, porque as primeiras têm as mesmas dificuldades das segundas, às quais acrescem todas as outras dificuldades que advêm de fazerem parte de uma minoria socialmente marginalizada (Gillum & DiFulvio, 2012). Ainda que sejam poucas, existem em Portugal associações que prestam apoio, ou forneçam informações, a vítimas de VI entre pessoas do mesmo sexo, mas foi notória a falta de conhecimento dos/as participantes sobre esses serviços, sugerindo que as informações sobre estas instituições e os serviços que prestam à comunidade LGBT não estão a chegar de forma eficaz a esta população.

A sensação de falta de apoio por parte da comunidade LGBT, presente no discurso de uma das participantes, também referida pelas participantes dos estudos de Santos (2012) e Walters (2011), vem explicada em grande quantidade de textos científicos (e.g. Antunes & Machado, 2005; Brown, 2008; Costa, Pereira, Oliveira, & Nogueira, 2010;

Hester & Donovan, 2009; Messinger, 2014; Rodrigues, Nogueira, & Oliveira, 2010; Topa, 2010). Ao longo das últimas décadas, a comunidade LGBT teve, e continua a ter, de lutar para que lhe sejam conferidos uma série de direitos iguais (e.g. acesso ao casamento, acesso à adoção plena de crianças, etc.) (Rodrigues et al., 2010) e isso fez com que houvesse a necessidade de não chamar a atenção para problemas como a VI entre pessoas do mesmo sexo, que poderiam fazer aumentar os estereótipos negativos associados à comunidade LGBT (Costa, Machado, & Antunes, 2011) e dificultar o alcance desses direitos, ou causar um efeito reversivo quanto a direitos previamente conquistados (Santos, 2012).

Por último, outra questão que surgiu nas entrevistas diz respeito à linguagem utilizada pelos/as participantes em determinados contextos, baseada em pressupostos heteronormativos. Uma das participantes utiliza três vezes a palavra “agressor” para se referir à pessoa perpetradora de violência numa relação de intimidade entre duas mulheres. Brown (2008) sugere que a conceptualização da VI como um padrão de homem/agressor – mulher/vítima tem tido um papel muito importante na formação ou reforço dos estereótipos associados aos papéis de gênero. Nos estudos realizados por Cantera e Blanch (2010) e por Seelau, Seelau e Poorman (2003), os/as participantes associam maioritariamente a figura da pessoa que agride ao sexo masculino. Outras duas participantes utilizam o conceito de violência doméstica dissociando-a da VI entre pessoas do mesmo sexo. Herek e Sims (2008) defendem que deve ser utilizado o termo violência na intimidade não só para diferenciar esta forma de violência de outras formas de violência que podem ocorrer no seio familiar (e.g. maus-tratos infantis, violência contra idosos/as), mas também para fugir ao significado que tem sido atribuído ao conceito de violência doméstica, de que esta representa apenas a violência entre casais de sexos diferentes, perpetrada por homens sobre mulheres. De acordo com Nogueira (2001), a linguagem não é apenas uma forma de expressarmos aquilo que pensamos ou sentimos. É, antes de mais, uma pré-condição para o pensamento. Através da linguagem são veiculados os dogmas sociais aceites em determinado momento histórico e contexto social. Nas palavras da autora:

...as pessoas desenvolvem o seu sentido de *self*, nos e através dos discursos disponíveis à sua volta (...) O gênero não é um fenómeno que existe dentro dos indivíduos, pronto a ser descoberto e medido pelos cientistas sociais: é precisamente aquilo que concordamos que seja. Em maior ou menor grau, tanto homens como mulheres acabam por aceitar as distinções de gênero visíveis a nível estrutural e que se estabelecem ao nível interpessoal, tornando-se tipificados do ponto de vista do gênero, ao assumirem para si próprios os traços de comportamento e papéis normativos para as pessoas do seu sexo, na sua cultura. (p.56)

O que se procurou alcançar com esta abordagem ao estudo da VI entre pessoas do mesmo sexo foi chamar a atenção para a importância que o género e a socialização para os papéis de género têm nestas relações de intimidade.

No que se refere às limitações e contributos do estudo desenvolvido, notamos que, sendo a amostra constituída maioritariamente por mulheres, não foi possível perceber que diferenças poderá haver na forma como homens e mulheres percecionam a violência sofrida. Além disso, a dificuldade em aceder a esta população, impossibilitou a obtenção de uma amostra maior, que nos permitisse perceber melhor a importância do género nas relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo. Apesar disso, cremos que nos foi possível, lançar algumas bases para futuros estudos nesta área, bem como sugerir algumas formas de intervenção e prevenção para este problema. A diferença de idades entre as/os participantes também merece alguma atenção. À data das entrevistas, a participante mais nova tinha 24 anos e a mais velha 52. A realidade social que a participante mais nova conhece é certamente diferente da realidade social em que foi educada a participante mais velha. Não é possível saber até que ponto isso poderá ter tido impacto nos resultados obtidos.

Outro aspeto que merece alguma reflexão é o facto de, ao longo das entrevistas, ter ficado a ideia de que alguns/algumas participantes nunca tinham pensado sobre determinadas questões que lhes foram colocadas. Não é possível afirmar que isso não possa, de alguma forma, ter influenciado as suas respostas, seja por serem questões que fossem contra as suas crenças pessoais, seja por terem procurado responder de forma a validar a questão colocada. Para minimizar este possível problema, durante as entrevistas foram sendo colocadas questões de *follow-up* de modo a tentar explorar melhor as respostas dadas pelas/os participantes. Sempre que se sentiu essa necessidade, foram clarificadas as questões colocadas, para que cada participante não tivesse dúvidas quanto à questão que lhe estava a ser colocada. Teve-se ainda o cuidado de dar a cada participante o tempo de que necessitasse para pensar nas suas respostas dando-lhes ainda abertura a que reformulassem as suas respostas quando assim o entenderam.

Por último, é importante discutir a possibilidade de a investigadora que conduziu as entrevistas e analisou os dados recolhidos, pelas suas características pessoais e pela sua forma de entender o problema da VI entre pessoas do mesmo sexo, possa de alguma forma ter influenciado os resultados do estudo. Miles e Huberman (1994) entendem que a análise qualitativa não pode nunca ser totalmente objetiva, desde logo porque, quando decide estudar determinado fenómeno, ou quando começa a analisar os dados, o/a

investigador/a já tem em mente alguma noção pré-definida pelos seus conhecimentos daquilo que procura. Além disso, defendem os mesmos autores, porque é o/a investigador/a a decidir qual a importância a dar a cada um dos dados recolhidos, as suas crenças e os seus ideais podem, de alguma forma, influenciar essa decisão. Para tentar minimizar essa possível interferência na recolha e análise dos dados foram tomadas algumas medidas de precaução. Em primeiro lugar, na recolha de dados durante as entrevistas, foram sendo colocadas questões de *follow-up* sempre que foram abordados temas que, pela revisão da literatura, se sabia serem importantes. A título de exemplo, questões relacionadas com a dificuldade na procura de ajuda ou no abandono da relação, que se esperava que pudessem ser relevantes, foram exploradas de modo a clarificar se essas dificuldades se prendiam com questões de género ou outras que não fossem relevantes para o propósito do estudo. Na análise dos dados foi tido o cuidado de fazer o enquadramento teórico dos dados recolhidos, procurando resultados semelhantes em estudos anteriormente realizados. A análise efetuada foi ainda revista por outros/as investigadores/as para tentar garantir uma maior objetividade na análise dos dados.

### **Considerações finais**

Em primeiro lugar, parece-nos imperativo que se continuem a fazer estudos sobre a VI entre pessoas do mesmo sexo, sobretudo com população masculina. Segundo Peterman e Dixon (2003), nos E.U.A., a VI é o terceiro maior problema a afetar a saúde de homens que têm relacionamentos íntimos com outros homens, sendo precedido apenas pelo abuso de substâncias e pelo VIH. Em Portugal, tanto quanto sabemos, não existe nenhum estudo nesta área com uma amostra totalmente masculina e concordamos com a opinião de Williams, McKelvey e Frieze (2014) de que a falha em reconhecer a vitimação de homens é tão grave quanto o era a falha em reconhecer a vitimação de mulheres anterior à década de 1970.

Acreditamos ser fundamental que haja uma maior divulgação dos serviços prestados por instituições de apoio a vítimas preparadas para receber esta população, uma vez que nos foi possível perceber que algumas vítimas, apesar de conhecerem as instituições, não sabem que a elas podem recorrer. A criação de instituições cujo principal foco seja o apoio psicológico a pessoas LGBT também nos parece importante por crermos que as vítimas teriam menos receio de recorrer a essas instituições. Notamos que, posteriormente à realização das entrevistas foi criado o Centro Gis, no final do ano de

2016, que até onde sabemos é o único centro no país a prestar apoio psicológico exclusivamente à comunidade LGBT.

Por último, defendemos que se deve apostar ainda mais na formação. Não só na formação de profissionais, mas também na formação cívica para a igualdade de género.

## Referências

- Antunes, R., & Machado, C. (2005). Dupla invisibilidade: A violência nas relações homossexuais. *Psychologica*, 39, 167–187.
- Balsam, K. F., & Szymanski, D. M. (2005). Relationship quality and domestic violence in women's same-sex relationships: The role of minority stress. *Psychology of Women Quarterly*, 29(3), 258–269.  
<https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2005.00220.x>
- Brown, C. (2008). Gender-role implications on same-sex intimate partner abuse. *Journal of Family Violence*, 23(6), 457–462. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9172-9>
- Cantera, L. M., & Blanch, J. M. (2010). Percepción social de la violencia en la pareja desde los estereotipos de género. *Psychosocial Intervention*, 19(2), 120–128.  
<https://doi.org/10.5093/in2010v19n2a3>
- Costa, C. G., Pereira, M., Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais de pessoas LGBT. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 93–147). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Costa, L. G., Machado, C., & Antunes, R. (2011). Violência nas relações homossexuais: A face oculta da agressão na intimidade. *Psychologica*, 1, 2–15.
- Cruz, J. M. (2003). "Why doesn't he just leave?": Gay male domestic violence and the reasons victims stay. *The Journal of Men's Studies*, 11(3), 309–323.  
<https://doi.org/10.3149/jms.1103.309>
- Domingues, H. (2015). *Prevalência e caracterização da violência em casais de gays, lésbicas e bissexuais* (Dissertação para tese de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Fernandes, C. (2016). *Violência nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo: Estudo exploratório sobre os mecanismos de apoio à vítima de violência na intimidade* (Dissertação para tese de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Gillum, T. L., & DiFulvio, G. (2012). "There's so much at stake" Sexual minority youth discuss dating violence. *Violence Against Women*, 18(7), 725–745.  
<https://doi.org/10.1177/1077801212455164>
- Hassounah, D., & Glass, N. (2008). The influence of gender role stereotyping on women's experiences of female same-sex intimate partner violence. *Violence Against Women*, 14(3), 310–325. <https://doi.org/10.1177/1077801207313734>

- Herek, G. M., & Sims, C. (2008). Sexual orientation and violent victimization: Hate crimes and intimate partner violence among gay and bisexual males in the United States. In R. J. Wolitski, R. Stall, & R. O. Valdiserri (Eds.), *Unequal Opportunity: Health Disparities Affecting Gay and Bisexual Men in the United States* (pp. 35–71). New York: Oxford University Press.
- Hester, M., & Donovan, C. (2009). Researching domestic violence in same-sex relationships—A feminist epistemological approach to survey development. *Journal of Lesbian Studies*, 13(2), 161–173. <https://doi.org/10.1080/10894160802695346>
- Kubicek, K., McNeeley, M., & Collins, S. (2015). "Same-sex relationship in a straight World" Individual and societal influences on power and control in young men's relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(1), 83–109. <https://doi.org/10.1177/0886260514532527>
- Messinger, A. (2014). Marking 35 years of research on same-sex intimate partner violence: lessons and new directions. In D. Peterson, & V. R. Panfil (Eds.), *Handbook of LGBT Communities, Crime and Justice* (pp. 65–85). New York: Springer.
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative data analysis* (2<sup>a</sup>). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Nogueira, C. (2001). Construcionismo social, discurso e gênero. *Psicologia*, 15(1), 43–65.
- Oliffe, J. L., Han, C., Maria, E. S., Lohan, M., Howard, T., Stewart, D. E., & MacMillan, H. (2014). Gay men and intimate partner violence: a gender analysis. *Sociology of Health & Illness*, 36(4), 564–579. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.12099>
- Osório, L. (2016). *Violência na intimidade nos relacionamentos homossexuais, gays e lésbicos* (Dissertação para tese de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Peterman, L. M., & Dixon, C. G. (2003). Domestic Violence Between Same-Sex Partners: Implications for Counseling. *Journal of Counseling & Development*, 81(1), 40.
- Rodrigues, L., Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Violência em cassais LGB - estudo preliminar. In C. Nogueira, & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 243–266). Lisboa:

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

- Santaya, P. O. T., & Walters, A. S. (2011). Intimate partner violence within gay male couples: Dimensionalizing partner violence among Cuban gay men. *Sexuality & Culture*, 15(2), 153–178. <https://doi.org/10.1007/s12119-011-9087-0>
- Santos, A. C. (2012). ‘Entre duas mulheres isso não acontece’ – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 3–24. <https://doi.org/10.4000/rccs.4988>
- Seelau, E. P., Seelau, S. M., & Poorman, P. B. (2003). Gender and role-based perceptions of domestic abuse: does sexual orientation matter? *Behavioral Sciences & The Law*, 21(2), 199–214.
- Topa, H. (2010). No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas | Rainbow also has purple: Marital Violence in lesbian relationships. *LES Online*, 2(1), 13–21.
- Walters, M. L. (2011). Straighten up and act like a lady: A qualitative study of lesbian survivors of intimate partner violence. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 23(2), 250–270. <https://doi.org/10.1080/10538720.2011.559148>
- Williams, S. L., McKelvey, D. K., & Frieze, I. H. (2014). Intimate-partner violence. In R. Gartner, & B. McCarthy (Eds.), *The Oxford Handbook of Gender, Sex, and Crime* (pp. 362–378). New York: Oxford University Press.

### **Considerações finais**

A conceptualização da VI como violência de género contra as mulheres, segundo o padrão homem/agressor-mulher/vítima (Antunes & Machado, 2005) tem dado azo a que, com o surgimento dos estudos sobre a simetria da violência perpetrada por homens e mulheres em relações de intimidade (*gender-symmetry*) se ponha em causa a importância do género para VI (Frieze, 2005; Straus, 2010). O que se tem vindo a defender é que, não sendo o género, ou os diferenciais de poder baseados no género, a explicação para a VI no seu geral (Anderson, 2005; Baker, Buick, Kim, Moniz, & Nava, 2012), não pode deixar de ser tido em conta, mesmo nas relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo (Anderson, 2005; Baker et al., 2012; Brown, 2008; Williams, McKelvey, & Frieze, 2014).

Com a conjugação das metodologias utilizadas nos dois estudos apresentados, foi possível perceber que, não só o género tem importância nas relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo, como não pode ser ignorado. Os resultados comuns aos dois estudos são de que mais do que na violência em si, o género, ou as expectativas estereotipadas em relação aos papéis de género, podem fazer com que as vítimas não consigam reconhecer as situações abusivas nas suas relações (Hassouneh & Glass, 2008; Herek & Sims, 2008; Oliffe et al., 2014; Santaya & Walters, 2011; Walters, 2011), ou com que tenham dificuldade em procurar ajuda (Gillum & DiFulvio, 2012; Hassouneh & Glass, 2008; Herek & Sims, 2008; Oliffe et al., 2014; Santos, 2012; Topa, 2010; Walters, 2011). O preconceito sexual que existe na sociedade (Herek & McLemore, 2013) não só faz com que as vítimas de VI entre pessoas do mesmo sexo estejam sujeitas a um maior isolamento social do que as vítimas de VI entre pessoas de sexos diferentes (Anderson, 2005; Antunes & Machado, 2005; Baker et al., 2012; Brown, 2008; Gillum & DiFulvio, 2012) como também as leva a ter receio de virem a ser alvos de represálias homofóbicas por parte dos/as profissionais que possam encontrar nas forças de segurança ou nas instituições de apoio a vítimas (Hassouneh & Glass, 2008; Herek & Sims, 2008; Oliffe et al., 2014; Santos, 2012; Topa, 2010; Walters, 2011). Além destes resultados, no estudo qualitativo realizado, surgiram mais duas questões merecedoras de atenção. A primeira é a possibilidade de, em algumas situações, haver nestes casais uma aproximação aos papéis de género heteronormativos tradicionais. A segunda está relacionada com o facto de a linguagem utilizada pelos/as participantes, poder ser influenciada por estereótipos de género (e.g. a utilização da

palavra “agressor” numa situação abusiva em que apenas estavam presentes duas mulheres).

Relativamente a possíveis limitações dos dois estudos, desde logo, no estudo de revisão sistemática da literatura, devido aos critérios de inclusão e exclusão pré-determinados, é possível que tenham ficado de fora alguns estudos com contributos importantes para a importância do género na VI entre pessoas do mesmo sexo. No estudo empírico de natureza qualitativa, devido à amostra ser constituída maioritariamente por mulheres, não foi possível perceber eventuais diferenças que pudessem surgir nas respostas de homens e mulheres. Além disso, por existir um participante do sexo masculino, também não podem ser tiradas conclusões especificamente para mulheres.

Apesar de eventuais limitações, o estudo resultou em contributos concretos para o conhecimento do fenómeno, nomeadamente no que diz respeito à normalização da violência, à dificuldade em procurar ajuda, à dificuldade em reconhecer a violência, ao isolamento social, à importância dos papéis de género adotados por cada elemento do casal e ainda alguns indícios de que a forma heteronormativa de olhar a VI pode influenciar a linguagem utilizada. Contribuiu ainda para a identificação de necessidades de investigação e trabalho futuros, que descrevemos em seguida.

A investigação sobre a VI entre pessoas do mesmo sexo em Portugal é ainda muito recente (tendo começado apenas em 2005 com o estudo de Antunes e Machado) e há, por isso, ainda muito por explorar. Estão por explorar as perceções sociais, o que nos parece importante tendo em conta que, sem essa informação, não é possível criar estratégias verdadeiramente eficazes de prevenção, combate e resposta a este problema. Parece-nos também importante que haja estudos com amostras constituídas apenas por homens e com amostras totalmente constituídas por pessoas trans que, tanto quanto sabemos, são duas comunidades que têm sido negligenciadas nos estudos portugueses. Lançamos ainda o desafio para que sejam feitos estudos linguísticos específicos, que permitam uma análise mais fina do tipo de dados que, neste estudo, apareceram como indícios acerca da importância da linguagem neste contexto (e.g. utilização da palavra “agressor” em vez de “agressora”).

Embora a VI entre pessoas do mesmo sexo seja, em muitas formas, semelhante à VI entre pessoas de sexos diferentes (Antunes & Machado, 2005; Messinger, 2014; Santaya & Walters, 2011), acreditamos que as suas características específicas merecem uma ação concertada entre as instituições de apoio a vítimas, os/as profissionais do

sistema de justiça e as associações e coletivos LGBT de prevenção e combate a este problema específico. Não só nos parece imperativo que haja uma aposta na formação adequada dos/as profissionais das forças de segurança, que estão na primeira linha de resposta a possíveis situações de violência, mas também dos/as profissionais da área da saúde, bem como dos serviços de apoio a vítimas.

Por último, parece-nos fundamental que se aposte cada vez mais na formação cívica para a igualdade de gênero que foque não só as desigualdades de gênero e as suas consequências para as mulheres, mas que se debruce, sobretudo, na desconstrução dos estereótipos de gênero dando igual importância às consequências desses estereótipos para a comunidade LGBT. Como diz Franke (citado por Butler, 2004), “By reducing sexism to only that which is done to women by men, we lose sight of the underlying ideology that makes sexism so powerful... The subordination of women by men is part of a larger social practice that creates gendered bodies – feminine women and masculine men.” (p.55).

## Referências

- Anderson, K. L. (2005). Theorizing gender in intimate partner violence research. *Sex Roles, 52*(11–12), 853–865. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-4204-x>
- Antunes, R., & Machado, C. (2005). Dupla invisibilidade: A violência nas relações homossexuais. *Psychologica, 39*, 167–187.
- Baker, N. L., Buick, J. D., Kim, S. R., Moniz, S., & Nava, K. L. (2012). Lessons from examining same-sex intimate partner violence. *Sex Roles, 69*(3–4), 182–192. <https://doi.org/10.1007/s11199-012-0218-3>
- Brown, C. (2008). Gender-role implications on same-sex intimate partner abuse. *Journal of Family Violence, 23*(6), 457–462. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9172-9>
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. New York: Routledge.
- Frieze, I. H. (2005). Female violence against intimate partners: An introduction. *Psychology of Women Quarterly, 29*(3), 229–237. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2005.00217.x>
- Gillum, T. L., & DiFulvio, G. (2012). "There's so much at stake" Sexual minority youth discuss dating violence. *Violence Against Women, 18*(7), 725–745. <https://doi.org/10.1177/1077801212455164>
- Hassouneh, D., & Glass, N. (2008). The influence of gender role stereotyping on women's experiences of female same-sex intimate partner violence. *Violence Against Women, 14*(3), 310–325. <https://doi.org/10.1177/1077801207313734>
- Herek, G. M., & McLemore, K. A. (2013). Sexual prejudice. *Annual Review of Psychology, 64*(1), 309–333. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143826>
- Herek, G. M., & Sims, C. (2008). Sexual orientation and violent victimization: Hate crimes and intimate partner violence among gay and bisexual males in the United States. In R. J. Wolitski, R. Stall, & R. O. Valdiserri (Eds.), *Unequal Opportunity: Health Disparities Affecting Gay and Bisexual Men in the United States* (pp. 35–71). New York: Oxford University Press.
- Messinger, A. (2014). Marking 35 years of research on same-sex intimate partner violence: Lessons and new directions. In D. Peterson, & V. R. Panfil (Eds.), *Handbook of LGBT Communities, Crime and Justice* (pp. 65–85). New York: Springer.

- Oliffe, J. L., Han, C., Maria, E. S., Lohan, M., Howard, T., Stewart, D. E., & MacMillan, H. (2014). Gay men and intimate partner violence: a gender analysis. *Sociology of Health & Illness*, 36(4), 564–579.  
<https://doi.org/10.1111/1467-9566.12099>
- Santaya, P. O. T., & Walters, A. S. (2011). Intimate partner violence within gay male couples: Dimensionalizing partner violence among Cuban Gay men. *Sexuality & Culture*, 15(2), 153–178.  
<https://doi.org/10.1007/s12119-011-9087-0>
- Santos, A. C. (2012). ‘Entre duas mulheres isso não acontece’ – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 3–24.  
<https://doi.org/10.4000/rccs.4988>
- Straus, M. A. (2010). Thirty years of denying the evidence on gender symmetry in partner violence: Implications for prevention and treatment. *Partner Abuse*, 1(3), 332–362. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.1.3.332>
- Topa, H. (2010). No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas | Rainbow also has purple: Marital Violence in lesbian relationships. *LES Online*, 2(1), 13–21.
- Walters, M. L. (2011). Straighten up and act like a lady: A qualitative study of lesbian survivors of intimate partner violence. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 23(2), 250–270. <https://doi.org/10.1080/10538720.2011.559148>
- Williams, S. L., McKelvey, D. K., & Frieze, I. H. (2014). Intimate-partner violence. In R. Gartner, & B. McCarthy (Eds.), *The Oxford Handbook of Gender, Sex, and Crime* (pp. 362–378). New York: Oxford University Press.

## **Anexos**

**Anexo A**

Guião de entrevista

---

## **1. Dados sociodemográficos**

---

- 1.1 Sexo:
  - 1.2 Idade:
  - 1.3 Escolaridade:
  - 1.4 Ocupação/profissão:
  - 1.5 Situação relacional atual:
  - 1.6 Duração da relação abusiva:
- 

## **2. História da experiência abusiva**

---

- 2.1 Gostaríamos que descrevesse a relação antes de surgirem os episódios abusivos.
  - 2.2 Em que momento é que se apercebeu de que existiam episódios abusivos?
    - 2.2.1 Em que altura surgiu o primeiro episódio abusivo?
  - 2.3 Houve alguma evolução no grau de severidade e/ou frequência dos episódios abusivos? Pode descrever essa evolução?
  - 2.4 Quais os episódios abusivos mais frequentes?
  - 2.5 Qual considera ter sido o episódio abusivo mais marcante?
- 

## **3. Pedido de ajuda/Revelação**

---

- 3.1 Alguma vez contou a alguém sobre estes episódios?
    - 2.1.1 Se sim, a quem? Como reagiu/reagiram essa/s pessoa/s?
    - 2.1.2 Se não, quais os motivos que a/o levaram a não falar sobre isto com ninguém? Como acha que teriam reagido os/as seus amigos/as e familiares?
  - 3.2 Alguma vez pediu ajuda a alguém/alguma instituição?
    - 2.2.1 Se sim, a quem? Como reagiu/reagiram?
    - 2.2.2 Se não, quais os motivos que a/o levaram a não procurar ajuda? Como acha que teriam reagido se o fizesse?
- 

## **4. Motivações subjacentes aos comportamentos violentos e abandono da relação**

---

- 4.1 Na sua opinião, quais os motivos que levavam o/a seu/sua companheiro/a a adotar este tipo de comportamentos abusivos?
  - 4.2 De que forma habitualmente reagia quando se sucediam estes episódios?
  - 4.3 Alguma vez pensou em abandonar a relação? Quais os motivos que a/o levaram a não o fazer?
  - 4.4 E quando o fez, quais os motivos que o/a levaram a fazê-lo?
- 

## **5. Exploração dos papéis de género**

---

- 5.1 É comum dizer-se que nas relações entre pessoas do mesmo sexo um dos elementos da relação tende a adotar comportamentos ditos masculinos e o outro elemento comportamentos ditos femininos. O que acha sobre esta afirmação?
    - 5.1.1 Nesta relação que me esteve a descrever, considera que isto acontecia?
      - 5.1.1.1 Se sim, de que forma isso influenciava a dinâmica da relação?
  - 5.2 Imagine que tinha passado por esta mesma experiência mas que o/a seu/sua companheiro/a era uma pessoa do sexo oposto.
    - 5.2.1 Acha que a forma como lidava com a situação teria, de alguma forma, sido diferente? Porquê?
    - 5.2.2 Acha que as outras pessoas (e.g., amigos/as, familiares, agentes de autoridade) teriam reagido de forma diferente? Porquê?
-

O género e a violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo

## **Anexo B**

Parecer da Comissão de Ética da UFP



Universidade Fernando Pessoa  
www.ufp.pt

Das conhecimentos à  
aluna e orientador(a).  
Inês  
02/03/2016

Exma. Senhora  
Prof. Doutora Inês Gomes  
Diretora da FCHS

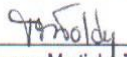
Porto, 01 de Março de 2016

Exma. Senhora Prof. Doutora,

A Comissão de Ética, depois de apreciado o projeto de dissertação em Psicologia Jurídica, de Isa Maria Vieira Rebelo Correia de Barros, intitulado "O género e a violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo", considera nada haver a opor, desde que seja solicitado aos participantes que criem um mail que não permita identificar nominalmente os sujeitos interessados em participar.

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da  
Comissão de Ética da UFP

  
Teresa Martinho Toldy



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

NIPC 502 057 600 - Reg. Comercial n.º 26 Conservatória do Registo Comercial do Porto

REITORIA - [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais] - [Faculdade de Ciência e Tecnologia] Praça 9 de Abril, 349 - 4249-004 Porto-Portugal - T +351 22 507 1300 - F +351 22 550 8269 - geral@ufp.pt  
[Faculdade de Ciências da Saúde] - [Escola Superior de Saúde | R. Carlos Da Maia 296 - 4200-150 Porto - Portugal - T +351 22 507 4630 - F +351 22 507 4637 - R. Delém Maia 33A - 4200-253 Porto - Portugal  
T +351 22 509 6371 - geral.asaude@ufp.pt UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Garrida - R. Conde de Bernandins - 4990 078 Ponte de Lima - Portugal - T +351 258 741 026 - F +351 258 741 412 - geral.alma@ufp.pt

O género e a violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo

**Anexo C**

Formulário de divulgação do estudo

## **Género e Violência na Intimidade entre pessoas do mesmo sexo**

Este estudo insere-se no âmbito da preparação da Dissertação de Mestrado em Psicologia Jurídica, pela Universidade Fernando Pessoa, desenvolvida pela mestranda Isa Correia de Barros sob orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani e do Professor Doutor Luís Santos.

O objetivo da presente investigação é perceber se e de que forma os papéis de género desempenham um papel importante no contexto de relações de intimidade abusivas entre pessoas do mesmo sexo.

Tratando-se de um estudo de natureza qualitativa, a participação neste estudo implica a realização de entrevistas (com duração aproximada de 1 hora) que, consoante a disponibilidade e vontade de cada participante, poderão ser feitas presencialmente ou por videoconferência. Para que possa participar do estudo é necessário que tenha mais de 18 anos e que esteja, ou tenha estado durante o último ano, numa relação de intimidade abusiva com parceiro/a do mesmo sexo.

Para a realização deste estudo foi criada uma conta de e-mail (generossipv@gmail.com) que será usada apenas e só para esta investigação, através da qual serão feitos todos os contactos com os/as possíveis participantes, anteriores às entrevistas. No final do estudo a conta será desativada, para garantir que não haverá registos de quaisquer dados relativos aos/às participantes. Tendo em conta a natureza delicada das questões a abordar neste estudo, como medida adicional de proteção de dados, a Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa sugere que cada participante crie uma conta de e-mail que não permita a sua identificação nominal, permitindo assim que entre em contacto connosco sem ter, em momento algum, que nos revelar o seu nome, se assim o entender. Caso pretenda poderá fazê-lo aqui: <https://accounts.google.com/SignUp?service=mail&continue=https%3A%2F%2Fmail.google.com%2Fmail%2F&ltmpl=default>

A criação desta conta de e-mail permitirá ainda que os/as participantes que pretendam fazer a entrevista por videochamada o possam fazer recorrendo aos serviços do *google hangouts* (<https://hangouts.google.com>).

Caso tenha alguma dúvida relativa a este estudo, por favor, não hesite em contactar-nos.

Se pretender participar, solicitamos que preencha os seguintes campos.

## O género e a violência na intimidade entre pessoas do mesmo sexo

\*Required

### Declaração de consentimento informado \*

Compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído/a. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória. Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal. Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

### Sexo \*

- Masculino  
 Feminino

### Idade \* \_\_\_\_\_

### Escolaridade \*

- 9º ano  
 12º ano  
 Licenciatura  
 Mestrado  
 Doutoramento  
 Other:

### Deixe-nos o seu e-mail de contacto \*